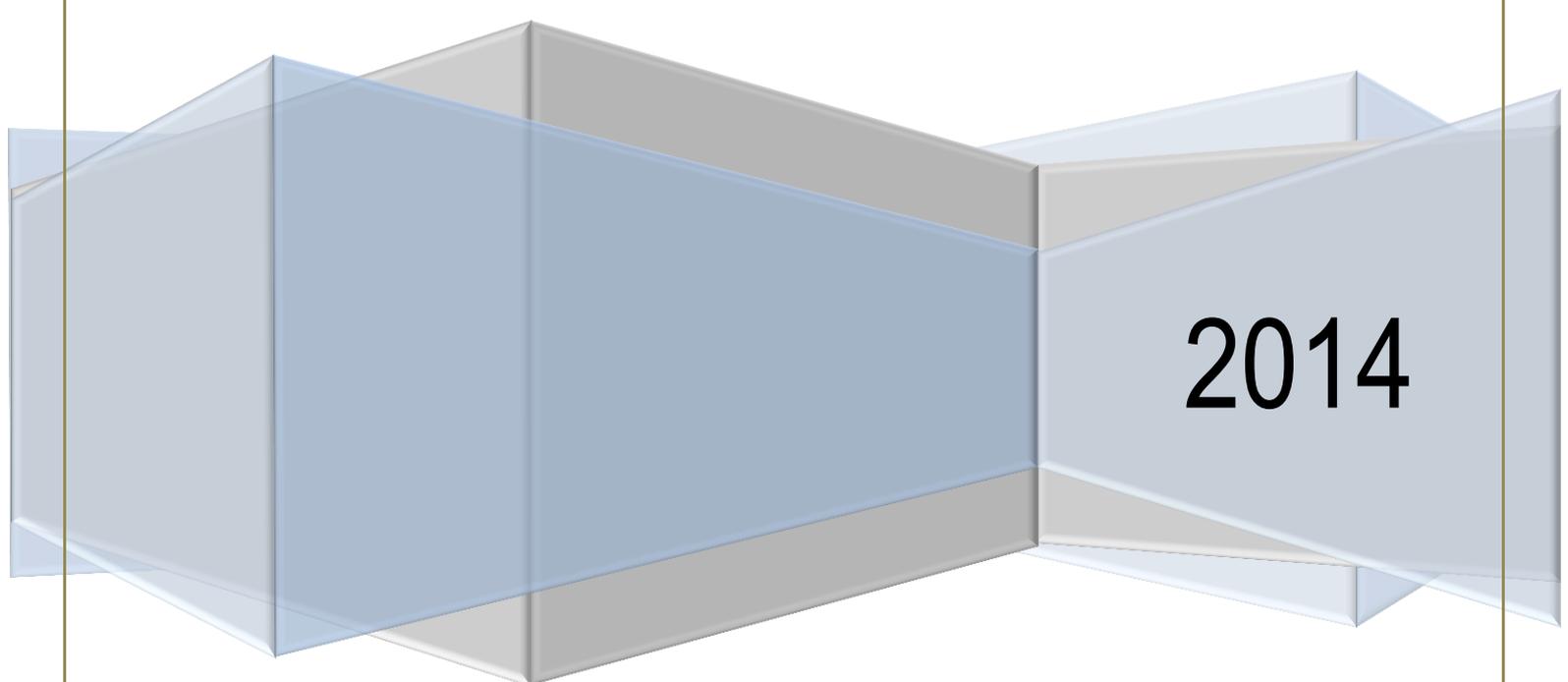




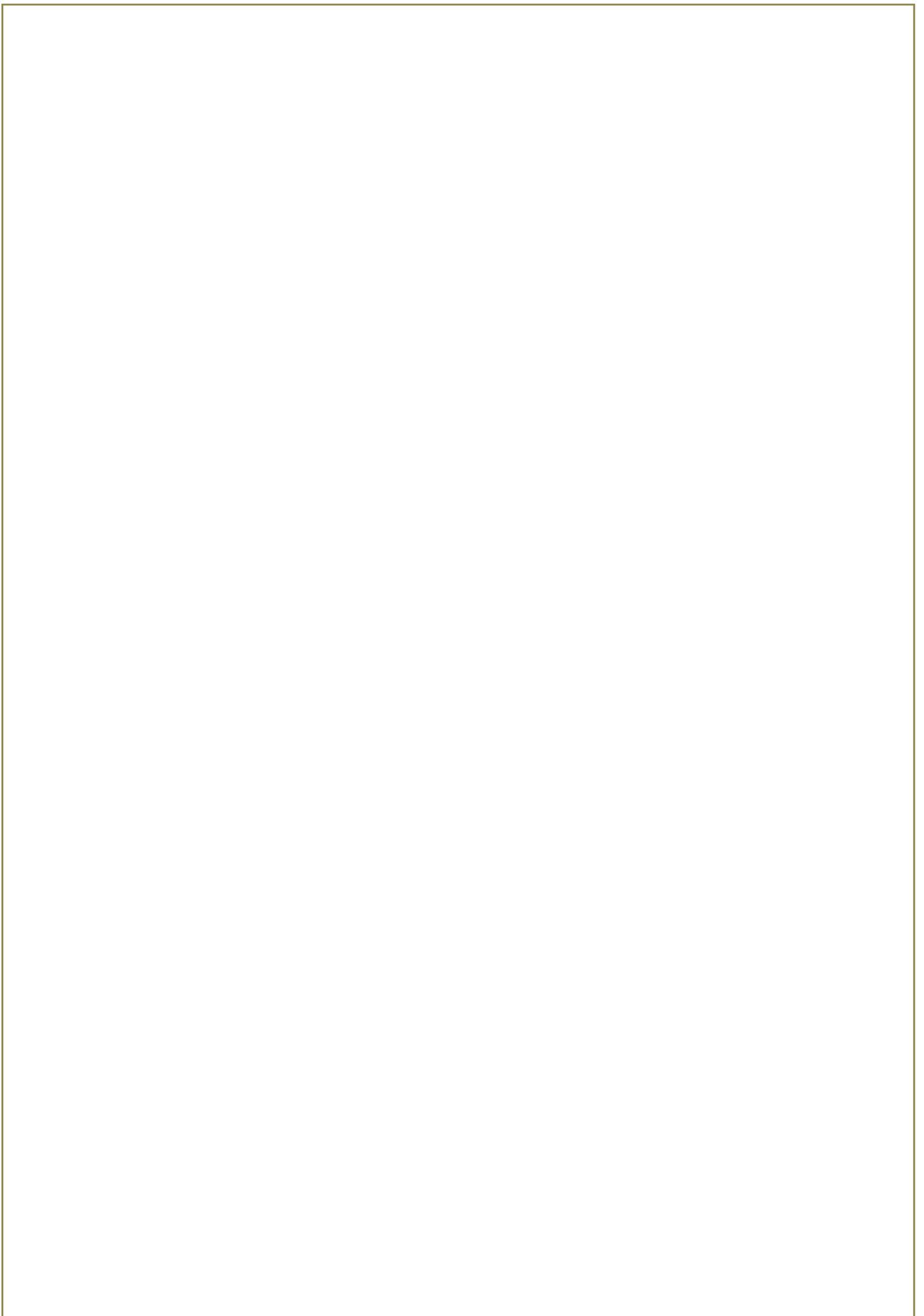
GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

Balanço Social Consolidado do MAI



2014



SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Balanço Social Consolidado do MAI 2014

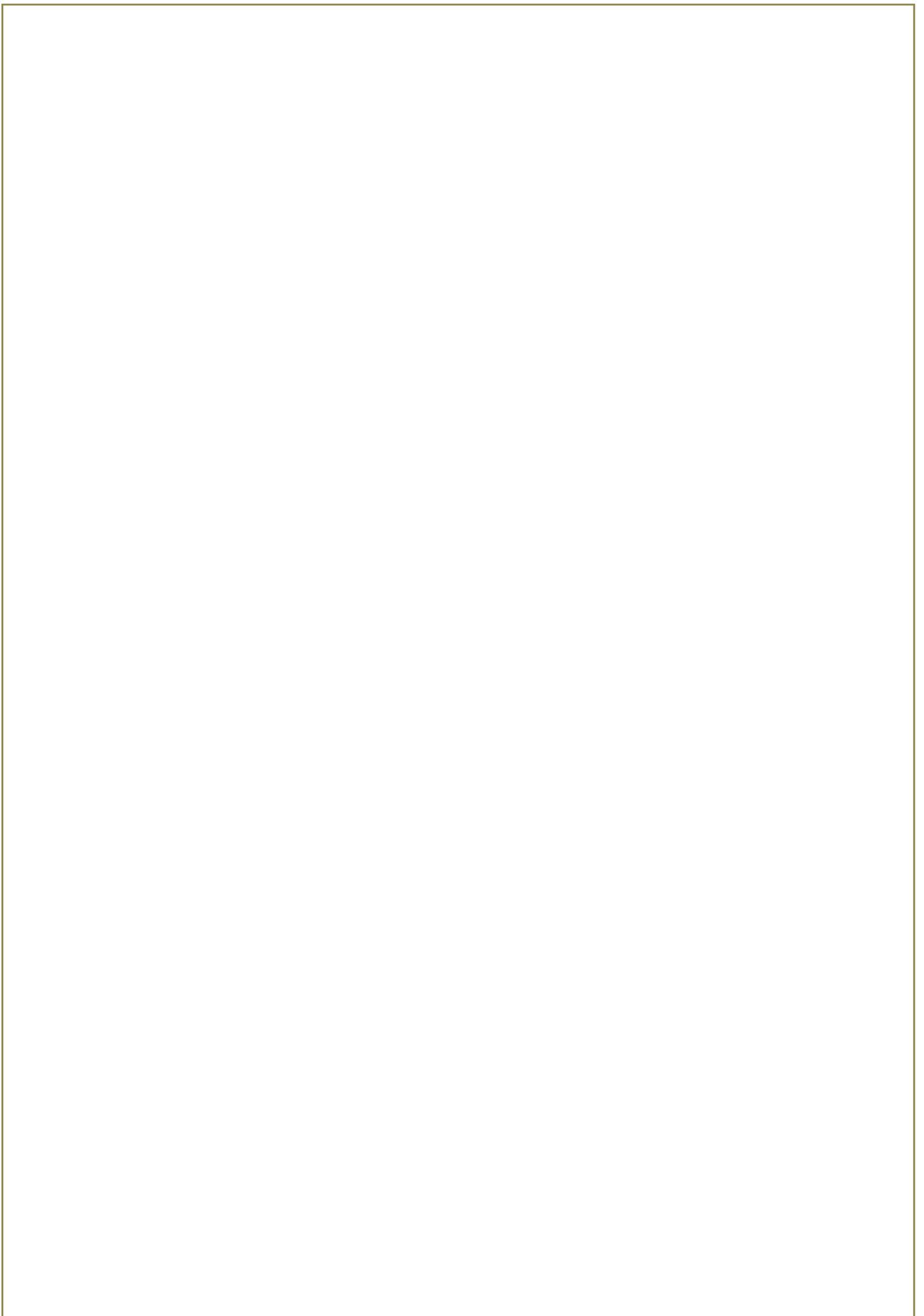
maio 2015

© MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Rua de S. Mamede, n.º 23

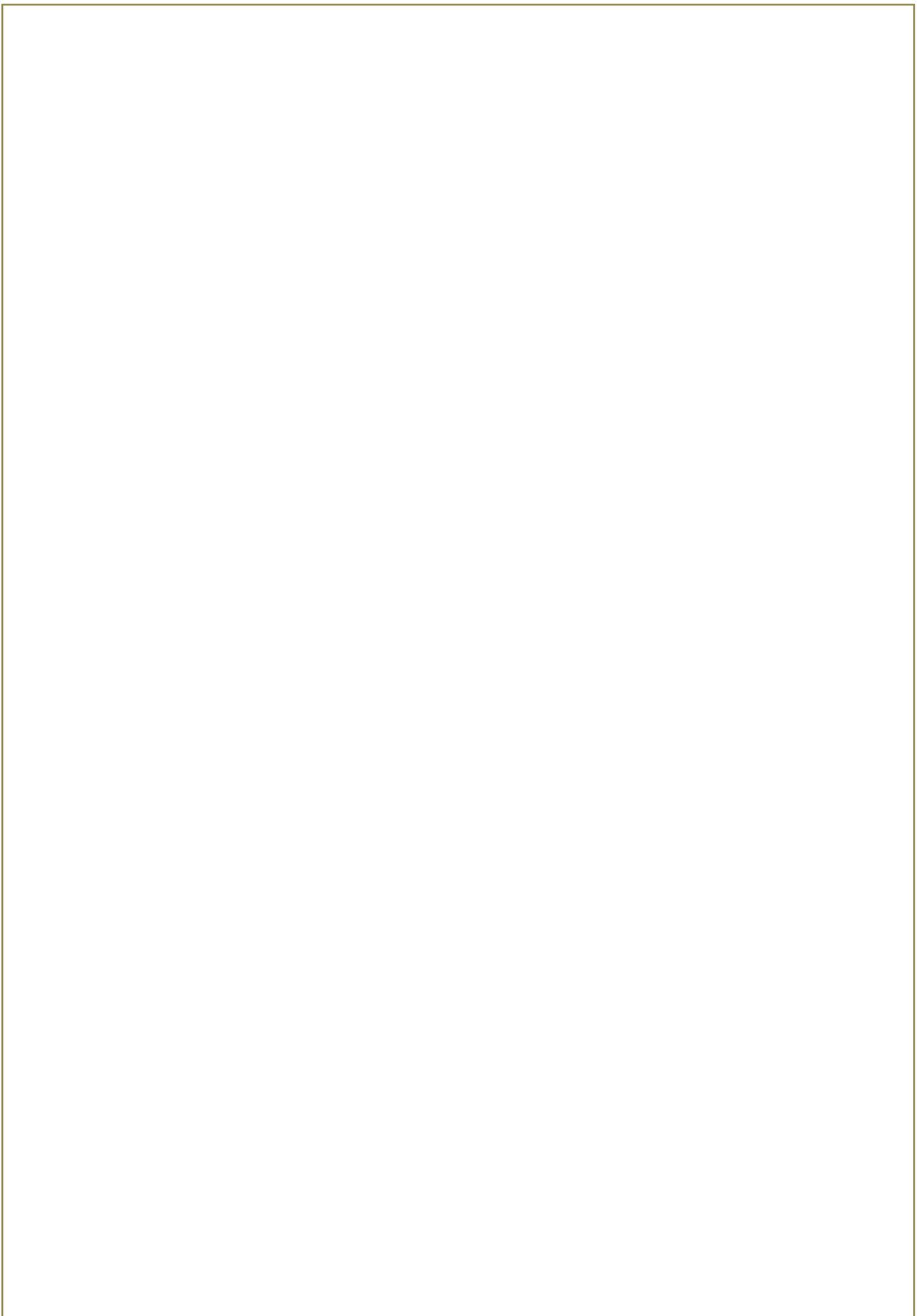
1100-553 Lisboa

Homepage: www.sg.mai.gov.pt

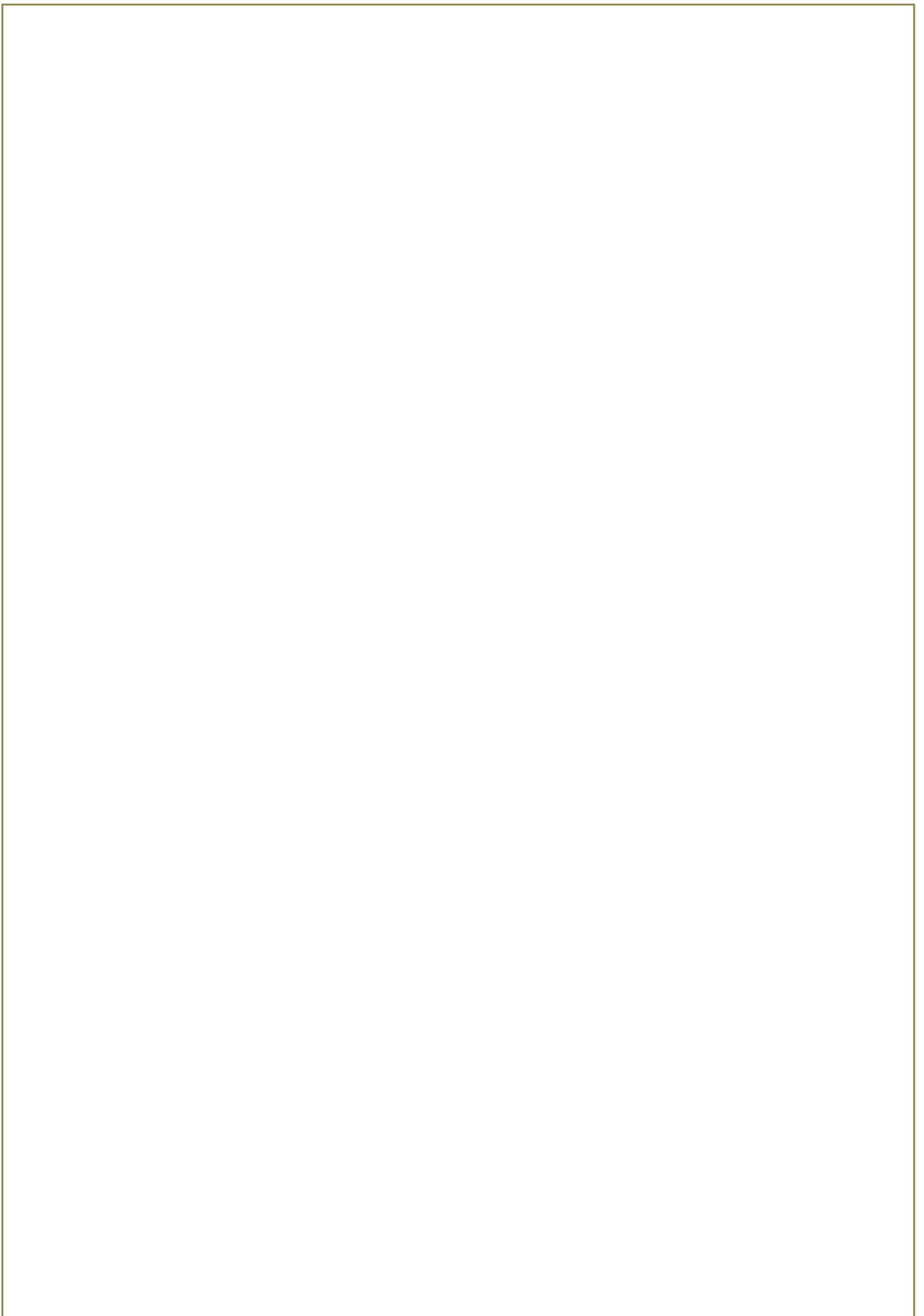


Índice

1. Introdução	6
1.1 O Balanço Social Consolidado	8
1.2 Análise Global	12
2. Recursos Humanos do Ministério da Administração Interna	16
2.1 Distribuição e caracterização do pessoal	18
2.1.1 Organismos	18
2.1.2 Grupo profissional e género	20
2.1.3 Estrutura etária	21
2.1.4 Estrutura habilitacional	22
2.1.5 Estrutura de antiguidades na função pública	24
2.2 Mobilidade	26
2.2.1 Pessoal por modalidade de vinculação	26
2.2.2 Pessoal Admitido e Regressado	27
2.2.3 Mobilidade especial	28
2.2.4 Motivo das saídas de pessoal	29
2.2.5 Alteração da situação profissional	31
2.3 Tempo de trabalho	32
2.3.1 Modalidades de horário	32
2.3.2 Trabalho extraordinário	33
2.3.3 Ausências ao trabalho	34
2.4 Formação profissional	35
3. Segurança	36
3.1 Acidentes em serviço	38
4. Relações Profissionais	40
4.1 Sindicalização dos efetivos	42
5. Recursos Financeiros do Ministério da Administração Interna	44
5.1 Despesa total e com pessoal	46
5.2 Despesa com trabalho extraordinário e suplementar	47
5.3 Relação salarial	48
6. Indicadores de Gestão	56
7. Medidas de Responsabilidade Social	58



1. INTRODUÇÃO

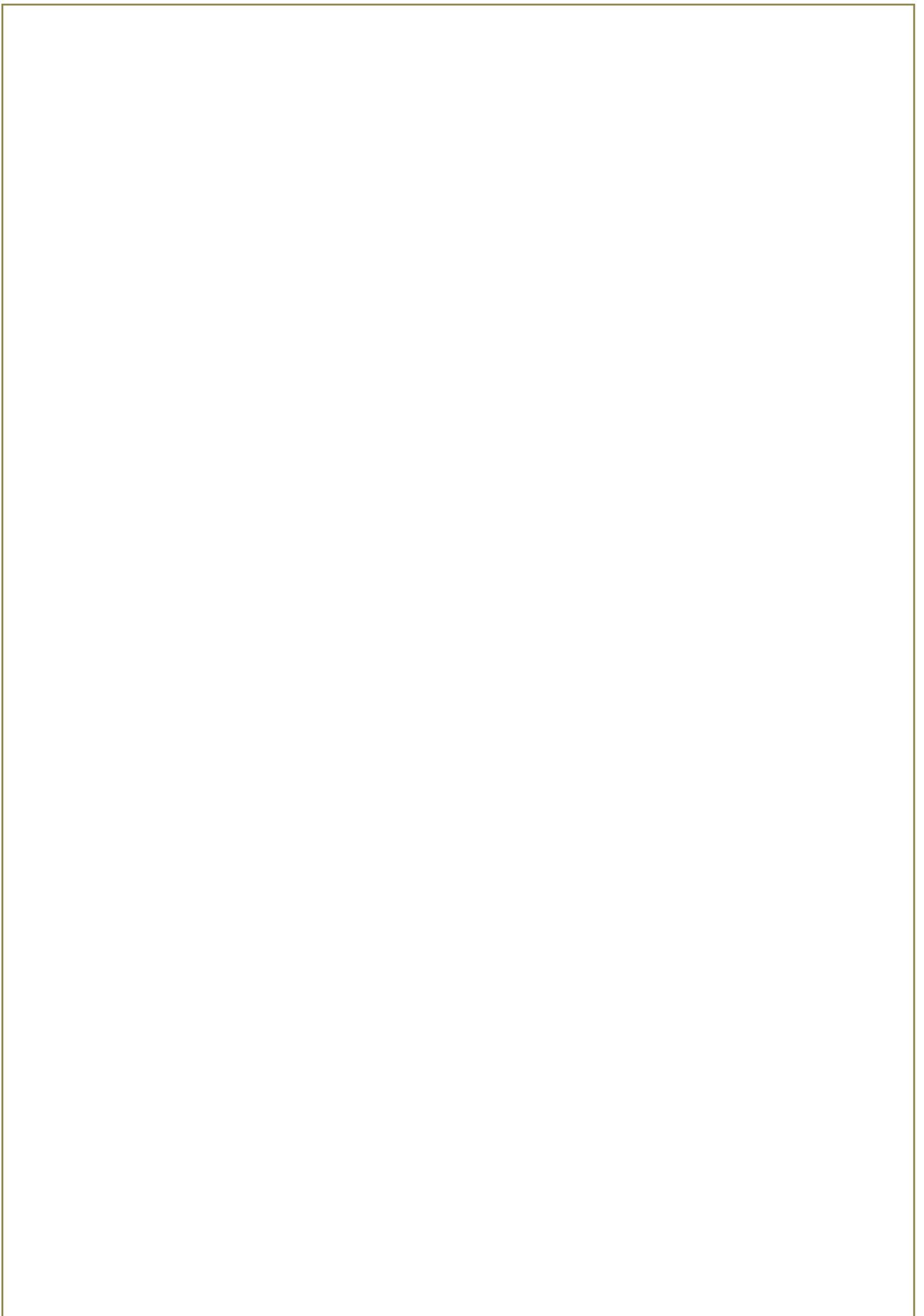


1.1. O Balanço Social Consolidado

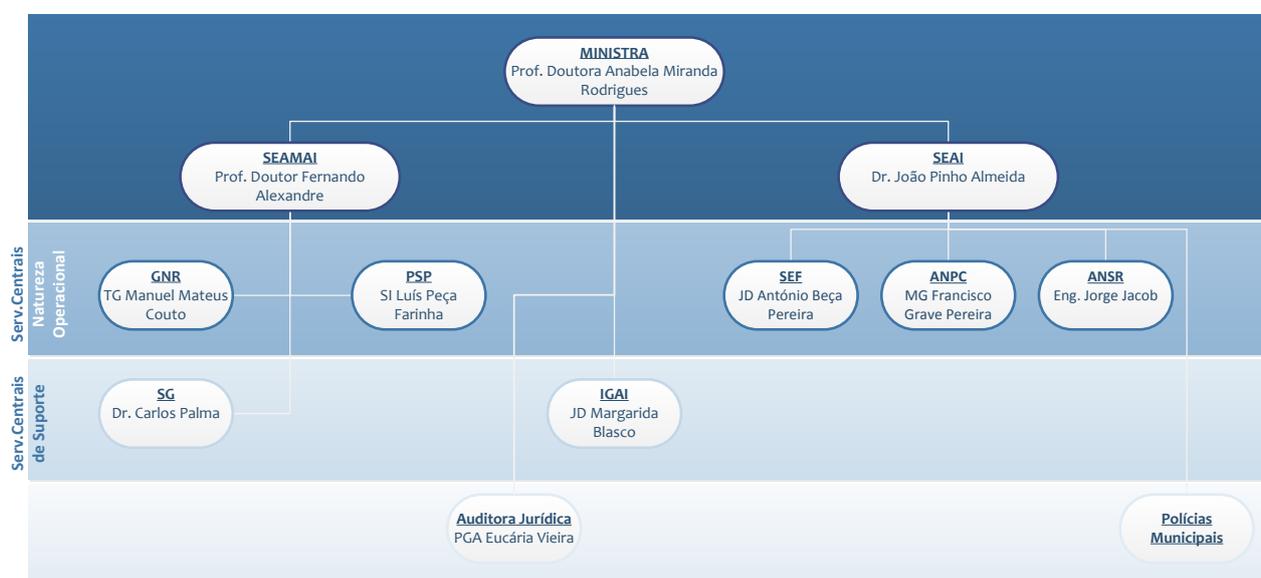
O Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro tornou obrigatória a elaboração do Balanço Social a todos os organismos da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores. Este documento é um importante instrumento de planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos, que disponibiliza um conjunto de indicadores que permitem uma análise pormenorizada dos recursos humanos de cada organismo.

O Balanço Social Consolidado do Ministério da Administração Interna de 2014 foi elaborado com a informação disponibilizada por todos os serviços e organismos que integram o departamento ministerial e fornece um conjunto de indicadores que possibilitam um melhor conhecimento e uma visão agregada dos recursos humanos do Ministério da Administração Interna.

O presente documento, segue a estrutura apontada pelo formulário anexo ao DL 190/96, de 9 de Outubro, com as adaptações entretanto introduzidas no modelo disponibilizado pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, tendo sido acrescentada alguma informação suplementar que se pretende, adicione qualidade ao documento.



Organograma

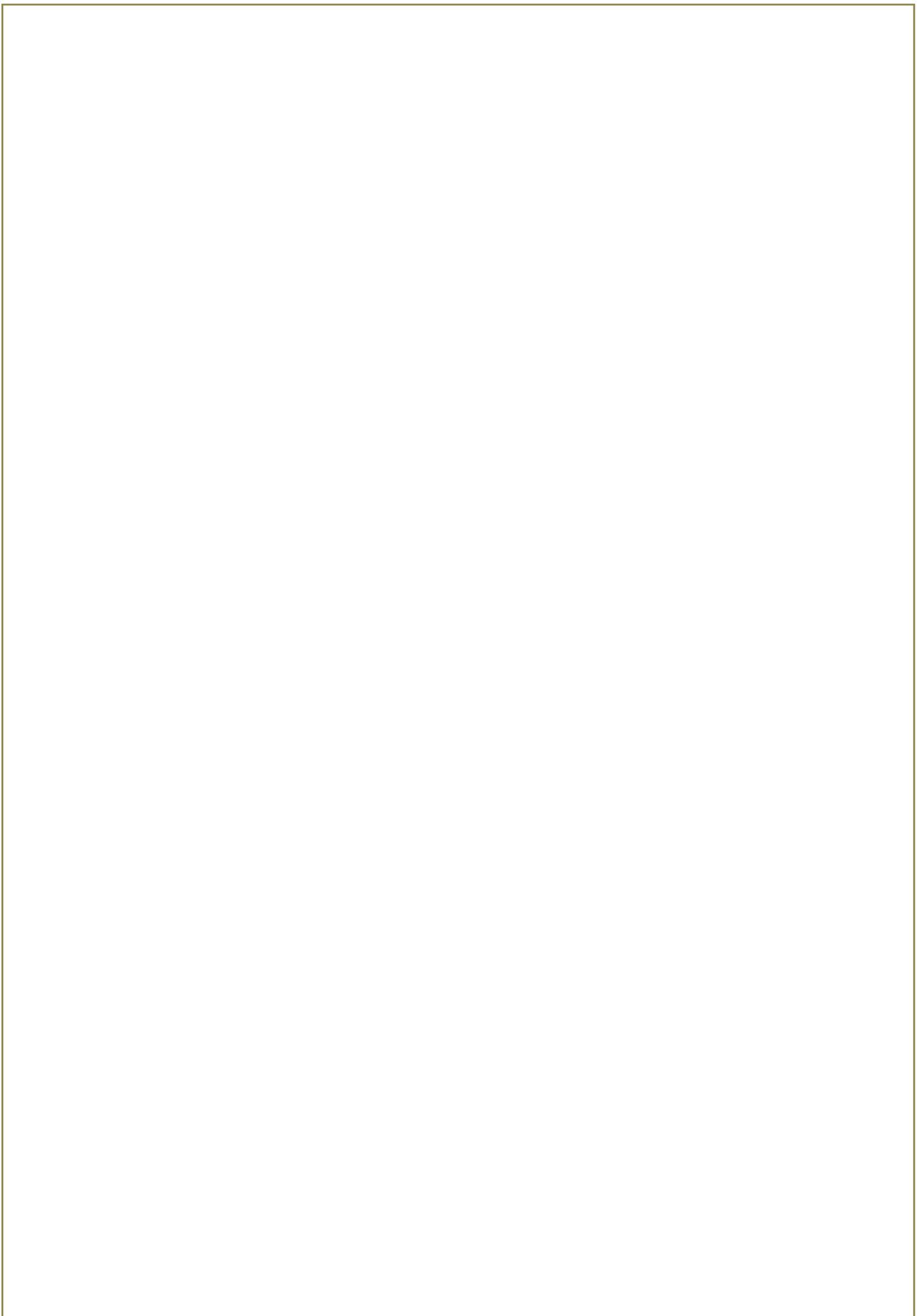


Notas:

Sem prejuízo da delegação de competências no SEAMAI, a GNR e a PSP estão na dependência hierárquica e orgânica da MAI.
 Sem prejuízo da delegação de competências no SEAMAI, as matérias relacionadas com a administração eleitoral, na dependência hierárquica e orgânica SEAI.
 Sem prejuízo da delegação de competências no SEAMAI, as matérias relacionadas com relações internacionais estão na dependência hierárquica e orgânica da MAI.
 As polícias Municipais dependem das Câmaras Municipais cabendo ao SEAI exercer as competências que a lei reserva à MAI.
 A Auditora Jurídica é uma Procuradora-Geral Adjunta (PGA) nomeada pelo PGR, ao abrigo do artº 44, do Estatuto do Ministério Público.

Abril 2015

Nota: De salientar que no decurso do ano de 2014, e nos termos do Decreto-Lei n.º 112/2014, de 11 de junho (Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna), foram extintas a Direção-Geral da Administração Interna e a Direção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos, pelo que o Organograma apresentado já não contempla esses Organismos.



1.2. Análise Global

O Balço Social Consolidado (BSC) pretende sintetizar a evolução verificada durante o ano de 2014 em matéria de recursos humanos no Ministério da Administração Interna.

Os dados apresentados neste documento correspondem à consolidação da informação desagregada remetida à Secretaria-Geral pelos serviços e organismos do Ministério da Administração Interna. Estes dados assumem assim relevância, não só pela informação neles contida, mas também por constituírem uma base documental elaborada com a colaboração de todos os serviços e organismos do ministério, possibilitando uma visão global do mesmo.

A análise do Balço Social Consolidado permite verificar que o número global de trabalhadores em 2014 registou um acréscimo comparativamente ao ano anterior (46.626 em 2014, 46.309 em 2013 e 47.570 em 2012).

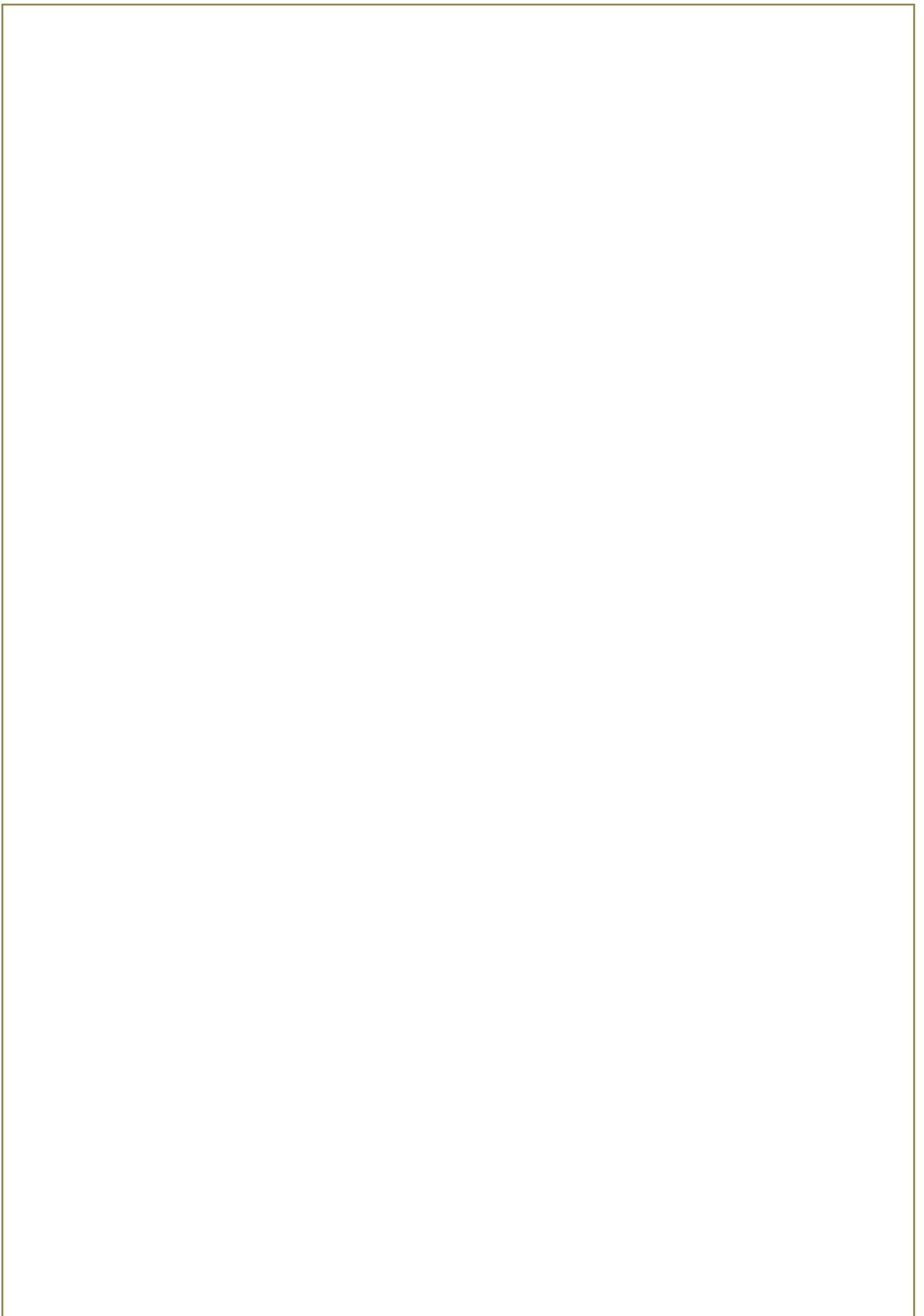
São de destacar as seguintes conclusões extraídas de uma avaliação global dos dados apresentados:

- Os grupos profissionais mais representativos no Ministério da Administração Interna são os Guardas da GNR (cerca de 40,71 % do total), os Agentes da PSP (cerca de 37,88 %), os Sargentos da GNR (cerca de 5,66 %) e os Chefes da PSP (cerca 4,97 %), os quais, no cômputo geral, constituem cerca de 89,22 % da totalidade dos recursos humanos deste ministério.
- Verifica-se um enorme desequilíbrio na distribuição por género dos trabalhadores do ministério - o género masculino representa 89,88 % do total de trabalhadores e o género feminino 10,12 %.
- Os grupos etários mais significativos são os dos 35 aos 39 anos (20,24 %), dos 45 aos 49 anos (16,66 %) e dos 40 aos 44 anos (16,24 %), representando no seu conjunto mais de 53,14 % do total dos recursos humanos. O índice de envelhecimento dos recursos humanos do Ministério da Administração Interna, medido pela percentagem de trabalhadores com mais de 55 anos no total dos trabalhadores, fixou-se em 2014 nos 5,39 %.

- O nível habilitacional que se evidencia com maior representatividade é o correspondente ao 12º ano de escolaridade e abrange 43,96 % dos trabalhadores objeto de análise. Os trabalhadores que detêm um nível habilitacional até ao 12º ano inclusive correspondem a 91,45 % do total de trabalhadores, sendo que o conjunto dos trabalhadores com habilitação académica ao nível da licenciatura ou grau superior representa 8,91 %.
- Relativamente à estrutura de antiguidade, os intervalos entre 15 e 19 anos de serviço e entre 20 e 24 anos de serviço são os mais significativos, correspondendo a 38,07 % do total analisado. O número de trabalhadores que detêm 35 ou mais anos de antiguidade corresponde a 4,06 % do total de trabalhadores.
- No que se refere às situações de modalidade de vinculação, há a registar, face ao total de efetivos, uma percentagem de 94,04 % de trabalhadores em nomeação definitiva e de 4,22 % de trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado.
- Em 2014, no que respeita à admissão ou regresso de pessoal por relação jurídica de emprego, das 2.454 situações verificadas, 46,98 % correspondem a admissões na sequência de procedimento concursal e 43,19 % referem-se a outras situações.
- Não foram recrutados efetivos colocados em mobilidade especial para órgãos ou serviços do Ministério da Administração Interna em 2014.
- Verificou-se 821 saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço, sendo o motivo de saída mais relevante a reforma/aposentação (41,66 %).
- As saídas de efetivos contratados foram 1.316, sendo que as saídas verificadas por caducidade (termo) representaram 74,24 % do total.
- Em termos de mudanças de situação profissional, registou-se um total de 3.125 ocorrências, motivadas sobretudo por promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes) em 81,13 % das situações ou por consolidação da mobilidade na categoria, correspondente a 18,62 %, não se tendo registado alterações de posicionamento remuneratório.
- No que se refere a modalidades de horário de trabalho praticado, a maioria dos efetivos pratica a modalidade de horário específico (95,34 %), com especial incidência no Pessoal da Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

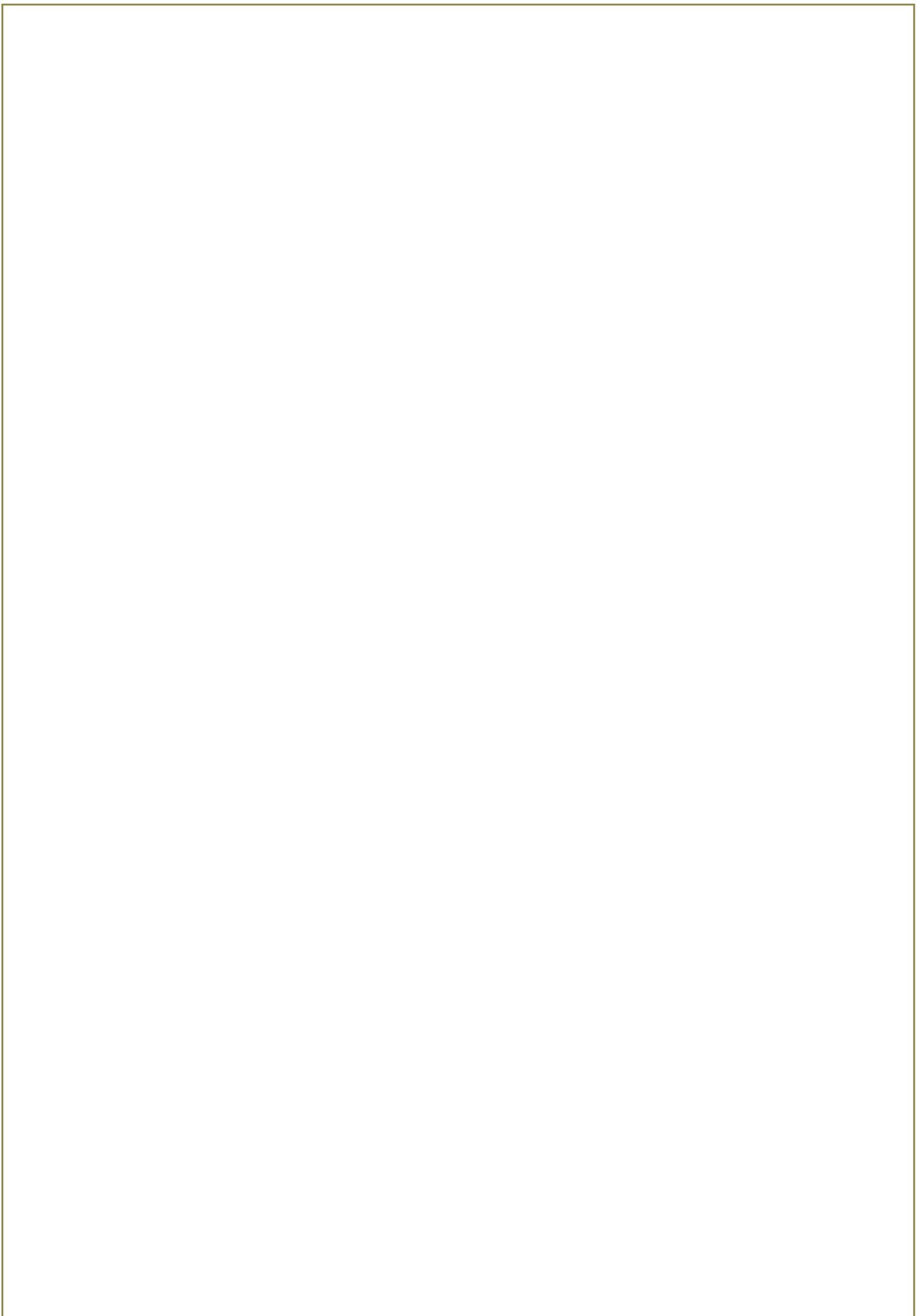


- A principal causa das ausências ao trabalho foram as situações de doença, seguido das situações de ausência motivadas por proteção na parentalidade.
- Relativamente a formação profissional, verificaram-se 78.250 participações em formação. Verificou-se uma preponderância da formação interna, que abrangeu 97,22 % dos participantes em formação e representou 70,47 % dos custos totais utilizados em formação profissional.
- Em matéria de segurança há a registar a ocorrência de um total de 2.925 acidentes, a que corresponderam 8.020 dias de ausência ao serviço por baixa (não foram indicados os dados da PSP referentes a dias perdidos).
- No Ministério da Administração Interna 15.227 trabalhadores são sindicalizados. As taxas de sindicalização mais representativas encontram-se no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na Polícia de Segurança Pública e na Inspeção-Geral da Administração Interna. De referir que os 204 elementos da GNR, nos termos da alínea d) do artigo 6.º da Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, encontram-se filiados em associações profissionais e não em sindicatos.
- O valor total da despesa com trabalho extraordinário e trabalho prestado em dias de descanso representa 229.211,24 euros, sendo 24,39 % desta despesa relativa ao Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.
- No que se reporta à relação salarial, do total de trabalhadores considerados 95,89 % auferem vencimentos mensais ilíquidos até 2.000 euros e destes, 20,91 % auferem vencimentos mensais ilíquidos até 1.000 euros.





2. Recursos humanos do Ministério da Administração Interna



2.1 Distribuição e caracterização do pessoal

2.1.1 Organismos

Em 2014 registou-se um acréscimo no número total de trabalhadores do Ministério da Administração Interna, relativamente ao ano anterior (46.626 em 2014 e 46.308 em 2013).

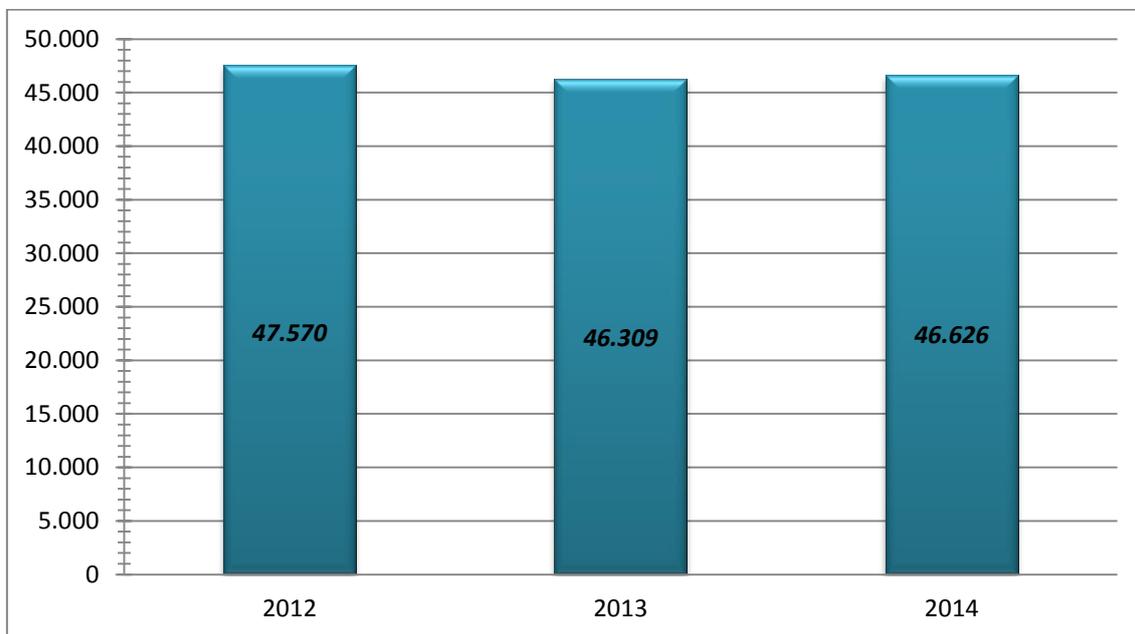
Analisando por organismos, e comparativamente com 2013, verificou-se uma redução de efetivos na Polícia de Segurança Pública (PSP), nos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP), no Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP), no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), na Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), na Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) e na Direção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos (DGIE).

Inversamente registou-se um aumento de efetivos na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), na Guarda Nacional Republicana (GNR), nos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) e na Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

Número de efetivos por organismos

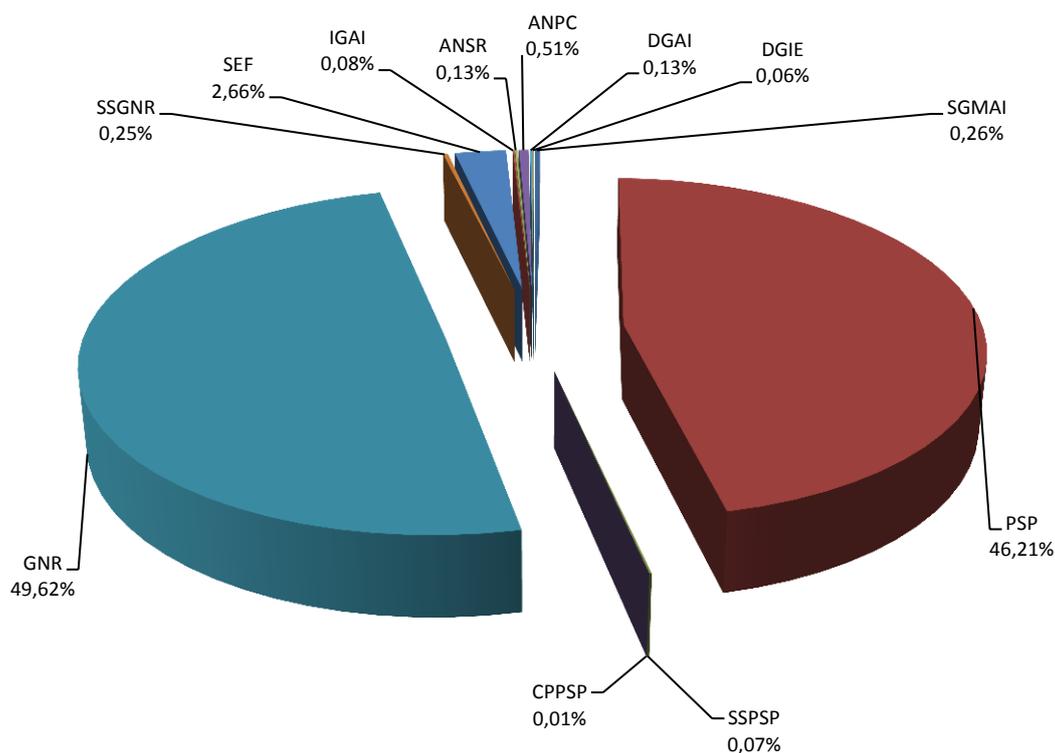
Organismos	2012	2013	2014
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)	123	117	126
Polícia de Segurança Pública (PSP)	22 253	21 825	21 547
Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP)	41	39	37
Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública (CPPSP)	6	6	5
Guarda Nacional Republicana (GNR)	23 189	22 398	23 133
Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR)	125	116	117
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1 333	1 309	1 240
Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI)	38	40	38
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	83	77	61
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)	224	222	237
Direção-Geral da Administração Interna (DGAI)	75	88	59
Direção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos (DGIE)	80	72	26
Total	47 570	46 309	46 626

Pessoal em efetividade de funções



Face a 2013, verificou-se um aumento de 0,68 % no número do pessoal em efetividade de funções no Ministério da Administração Interna, que corresponde a um acréscimo de 317 efetivos em exercício de funções.

Distribuição de efetivos por organismos – 2014
(% do total)





No final de 2014, o Ministério da Administração Interna registava um total de 46.626 trabalhadores, sendo que cerca de 95,83% deste total se refere a apenas dois serviços/organismos (GNR – 49,62% e PSP – 46,21%).

2.1.2 Grupo profissional e género

Os grupos profissionais mais representativos são os “Guarda - GNR” (cerca de 40,71 %), os “Agentes - PSP” (cerca de 37,88 %), os quais, no cômputo geral, constituem cerca de 78,69 % da totalidade dos recursos humanos do Ministério.

Constata-se um enorme desequilíbrio na distribuição dos trabalhadores por género, sendo que os homens representam 89,88 % e as mulheres 10,12 %.

Distribuição de efetivos por grupo profissional e género – 2014

Grupo Profissional	Homens		Mulheres		Total	
	Número	% do total	Número	% do total	Número	% do total
Dirigente superior de 1º grau	6	0,01 %	1	0,00 %	7	0,02 %
Dirigente superior de 2º grau	17	0,04 %	1	0,00 %	18	0,04 %
Dirigente intermédio de 1º grau	54	0,12 %	18	0,04 %	72	0,15 %
Dirigente intermédio de 2º grau	58	0,12 %	39	0,08 %	97	0,21 %
Técnico Superior	149	0,32 %	224	0,48 %	373	0,80 %
Assistente técnico, téc. de nível intermédio, pessoal admin.	145	0,31 %	707	1,52 %	852	1,83 %
Assistente operacional, operário, auxiliar	59	0,13 %	537	1,15 %	596	1,28 %
Informático	59	0,13 %	39	0,08 %	98	0,21 %
Pessoal de Inspeção	8	0,02 %	2	0,00 %	10	0,02 %
Docente Ensino Universitário	22	0,05 %	7	0,02 %	29	0,06 %
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	1	0,00 %	10	0,02 %	11	0,02 %
Médico	20	0,04 %	8	0,02 %	28	0,06 %
Enfermeiro	0	0,00 %	1	0,00 %	1	0,00 %
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1	0,00 %	6	0,01 %	7	0,02 %
Forças Armadas - Oficial	31	0,07 %	0	0,00 %	31	0,07 %
Forças Armadas - Sargento	4	0,01 %	0	0,00 %	4	0,01 %
Guarda Nacional Republicana - Oficial	716	1,54 %	58	0,12 %	774	1,66 %
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2 511	5,39 %	128	0,27 %	2 639	5,66 %
Guarda Nacional Republicana - Guarda	17 822	38,22 %	1 159	2,49 %	18 981	40,71 %
Polícia de Segurança Pública - Oficial	820	1,76 %	113	0,24 %	933	2,00 %
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia	2 101	4,51 %	214	0,46 %	2 315	4,97 %
Polícia de Segurança Pública - Agente	16 371	35,11 %	1 292	2,77 %	17 663	37,88 %
Serviço Estrangeiros Fronteiras	597	1,28 %	147	0,32 %	744	1,60 %
Guarda Prisional	1	0,00 %	0	0,00 %	1	0,00 %
Outro Pessoal de Segurança	336	0,72 %	6	0,01 %	342	0,73 %
Total	41 909	89,88 %	4 717	10,12 %	46 626	100 %



2.1.3 Estrutura etária

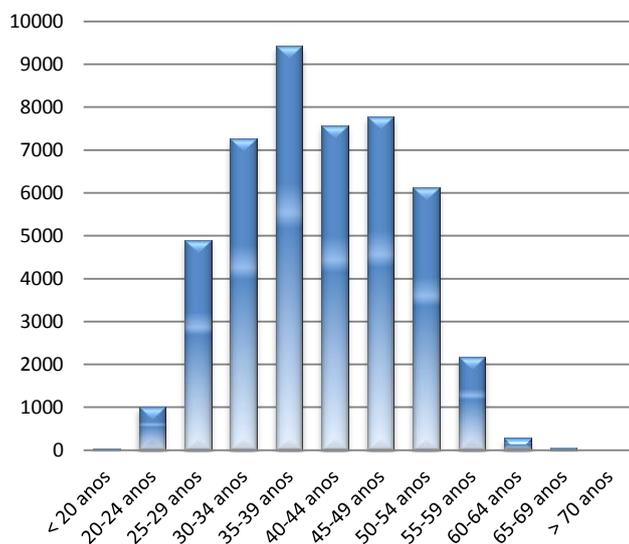
Os grupos etários mais significativos no contexto departamental são dos 35 aos 39 anos (20,24 %), dos 45 aos 49 anos (16,66 %) e dos 40 aos 44 anos (16,24 %).

O índice de envelhecimento dos recursos humanos do Ministério da Administração Interna, medido pela percentagem de trabalhadores com mais de 55 anos no total dos trabalhadores, situa-se nos 5,39 %.

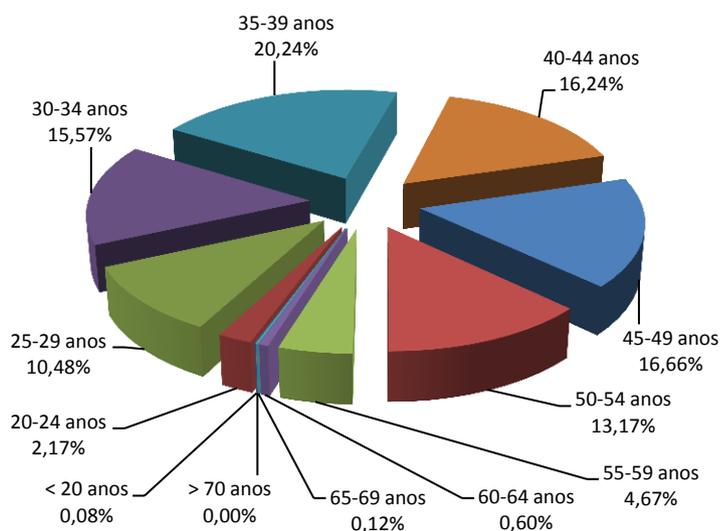
Número de efetivos por organismo e por grupo etário – 2014

Organismos	Grupos etários												Total
	Menos que 20 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65-69 anos	Maior ou igual a 70 anos	
SGMAI	0	0	0	3	11	21	23	28	22	16	2	0	126
PSP	23	317	1 828	2 626	3 913	3 635	4 309	3 087	1 697	87	25	0	21 547
SSPSP	0	0	0	1	3	4	7	13	9	0	0	0	37
CPPSP	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	0	5
GNR	13	695	3 056	4 573	5 189	3 578	3 001	2 645	263	104	16	0	23 133
SSGNR	0	0	1	9	16	22	20	30	12	4	3	0	117
SEF	0	0	1	36	250	226	334	254	103	34	2	0	1 240
IGAI	0	0	0	0	0	4	12	9	8	5	0	0	38
ANSR	0	0	0	1	12	12	7	11	12	5	1	0	61
ANPC	0	0	1	6	35	52	44	42	36	17	4	0	237
DGAI	0	0	0	6	5	13	10	12	8	4	1	0	59
DGIE	0	0	0	0	3	4	3	7	4	5	0	0	26
Total	36	1 012	4 887	7 261	9 437	7 571	7 770	6 139	2 177	282	54	0	46 626

Efetivos por grupos etários 2014
(n.º de trabalhadores)



Distribuição de efetivos por grupos etários 2014
(% do total)



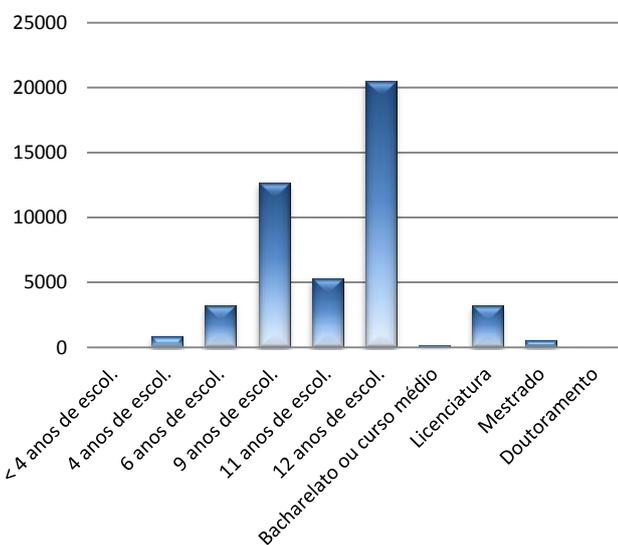
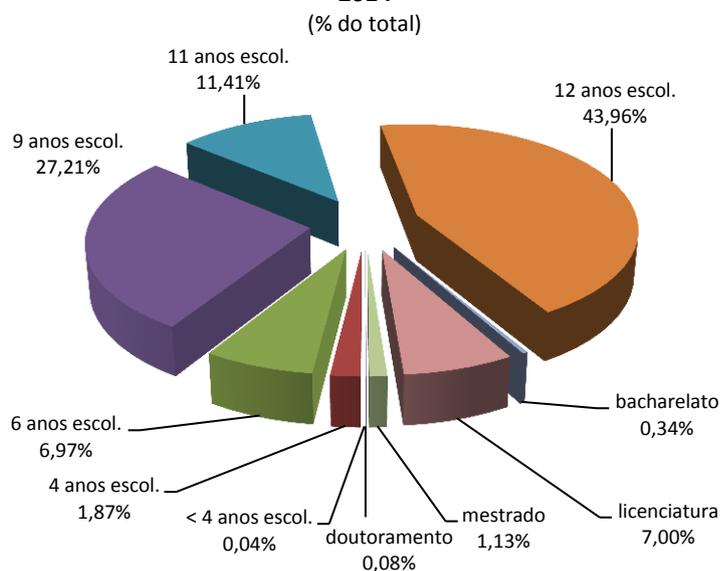
2.1.4 Estrutura habilitacional

Relativamente à estrutura habilitacional, verifica-se que os níveis de escolaridade mais representados são o 12º ano de escolaridade (43,96 %), o 9º ano de escolaridade (27,21 %), o 11º ano de escolaridade (11,41 %), o 6º ano de escolaridade (6,97 %), a licenciatura (7,00 %), o 4º ano de escolaridade (1,87 %), o Mestrado (1,13 %), o Bacharelato ou Curso Médio (0,34 %), o Doutoramento (0,08 %) e < 4 anos de escolaridade (0,04 %).

Os trabalhadores que apresentam um nível habilitacional até ao 12º ano de escolaridade, representam 91,45 % do total dos recursos humanos do Ministério, o que corresponde a 42.640 trabalhadores.

Balanço Social Consolidado do MAI
2014
Número de efetivos por organismo e por nível de escolaridade – 2014

Organismos	Nível de escolaridade										Total
	< 4 anos de escol.	4 anos de escol.	6 anos de escol.	9 anos de escol.	11 anos de escol.	12 anos de escol.	Bacharelato ou curso médio	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	
SGMAI	0	5	3	8	10	29	0	63	7	1	126
PSP	4	452	1 246	4 912	2 956	10 593	62	1 184	128	10	21 547
SSPSP	0	1	4	8	3	14	0	7	0	0	37
CPPSP	0	1	0	0	0	4	0	0	0	0	5
GNR	15	362	1 945	7 664	2 131	9 248	92	1 315	357	4	23 133
SSGNR	0	23	23	27	8	21	2	11	2	0	117
SEF	0	14	16	37	195	482	0	455	20	21	1 240
IGAI	0	1	2	6	0	14	0	14	1	0	38
ANSR	0	1	2	4	4	8	0	42	0	0	61
ANPC	0	4	6	15	7	65	4	126	9	1	237
DGAI	0	5	2	3	1	8	0	39	1	0	59
DGIE	0	1	0	4	3	10	0	7	1	0	26
Total	19	870	3 249	12 688	5 318	20 496	160	3 263	526	37	46 626

Efetivos por nível de escolaridade 2014
(n.º de trabalhadores)

Distribuição de efetivos por nível de escolaridade 2014
(% do total)


2.1.5 Estrutura de antiguidades na Função Pública

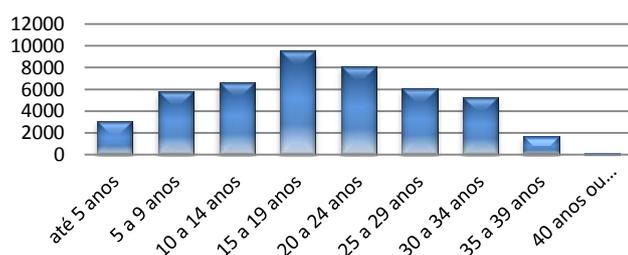
A estratificação dos efetivos segundo a antiguidade revela que os intervalos entre 15 e 19 anos de serviço e entre 20 e 24 anos de serviço são aqueles que apresentam maior peso, representando 38,07 % do total.

Peso significativo apresentam igualmente os intervalos entre 10 e 14 anos, entre 25 e 29 anos, entre 5 e 9 anos e entre 30 e 34 anos de serviço (14,22 %, 13,06 %, 12,50 % e 11,41 %, respetivamente).

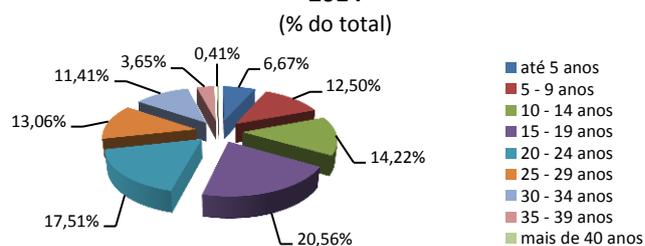
Número de efetivos por organismo e por nível de antiguidade – 2014

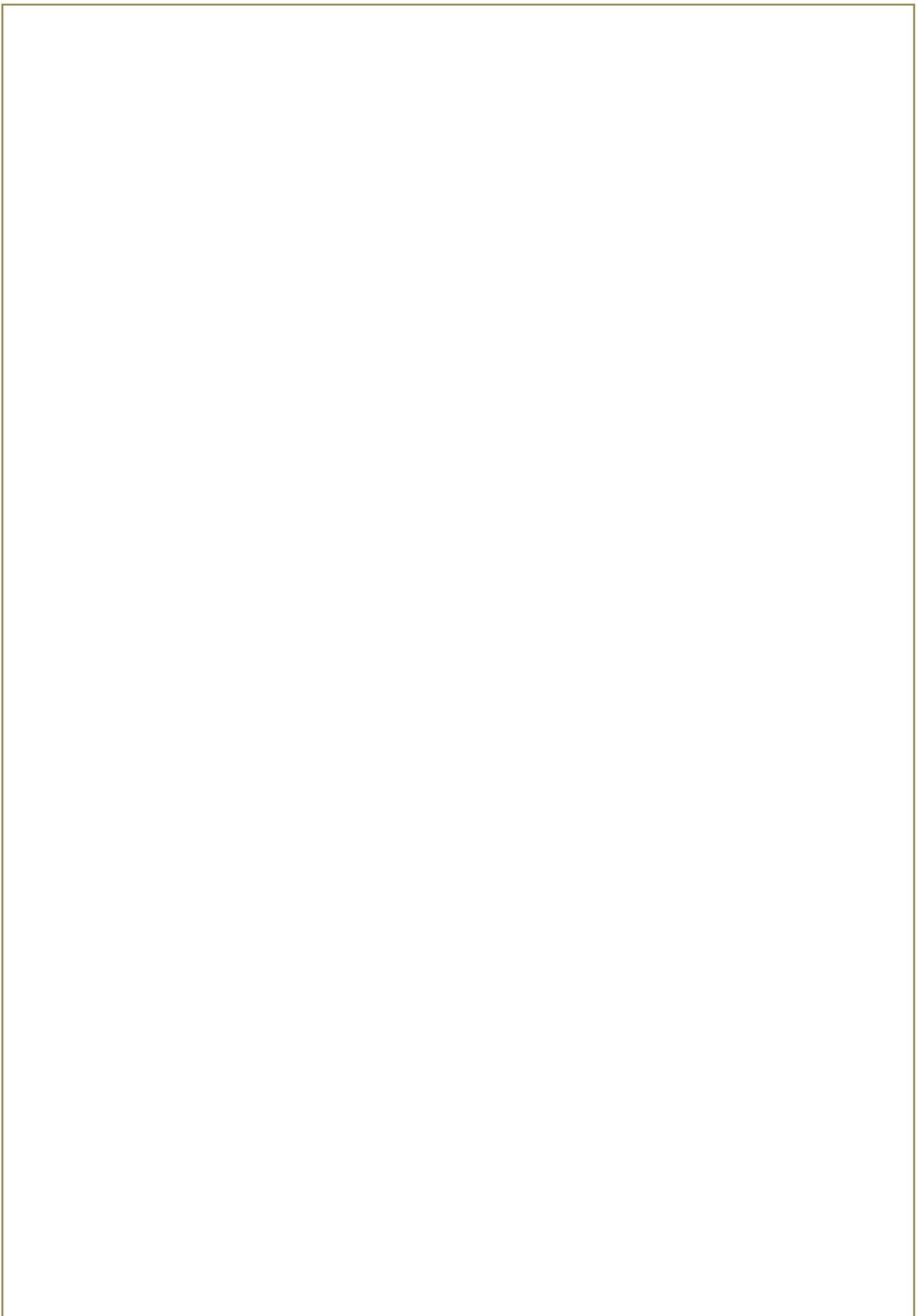
Organismos	Nível de antiguidade									Total
	Até 5 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 anos ou mais	
SGMAI	0	3	14	28	27	18	15	17	4	126
PSP	1 546	2 859	2 027	5 593	4 257	2 968	2 167	105	25	21 547
SSPSP	0	1	3	3	6	9	15	0	0	37
CPPSP	0	0	0	1	1	1	1	1	0	5
GNR	1 468	2 771	4 141	3 799	3 472	2 831	3 000	1 526	125	23 133
SSGNR	25	49	6	10	15	9	2	0	1	117
SEF	18	119	377	87	313	203	76	30	17	1 240
IGAI	0	0	1	7	9	8	8	4	1	38
ANSR	2	4	18	11	10	7	6	1	2	61
ANPC	41	16	32	37	37	25	23	17	9	237
DGAI	9	6	8	5	14	9	4	2	2	59
DGIE	1	2	2	5	5	3	5	0	3	26
Total	3 110	5 830	6 629	9 586	8 166	6 091	5 322	1 703	189	46 626

Efetivos por nível de antiguidade 2014
(n.º de trabalhadores)



Distribuição de efetivos por nível de antiguidade
2014
(% do total)







2.2 Mobilidade

2.2.1 Pessoal por modalidade de vinculação

Número de efetivos segundo a modalidade de vinculação – 2014

Grupo Profissional	Situação Jurídica										Total
	Nomeação Definitiva	Nomeação Transitória por Tempo Determinado	Nomeação Transitória por Tempo Determinável	CT em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	CT em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo	CT em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto	Comissão de Serviço no Âmbito da LVCR	CT no Âmbito do CT por Tempo Indeterminado	CT no Âmbito do CT a Termo Certo ou Incerto	Comissão de Serviço no Âmbito do Código do Trabalho	
Dirigente superior de 1º grau	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
Dirigente superior de 2º grau	0	0	0	0	0	0	18	0	0	0	18
Dirigente intermédio de 1º grau	0	0	0	0	0	0	72	0	0	0	72
Dirigente intermédio de 2º grau	0	0	0	0	0	0	97	0	0	0	97
Técnico Superior	0	1	0	355	0	0	5	0	0	12	373
Assistente técnico	0	0	0	849	0	0	0	0	0	3	852
Assistente operacional	0	0	0	586	0	0	0	0	0	10	596
Informático	0	0	0	98	0	0	0	0	0	0	98
Pessoal de Inspeção	0	0	0	1	0	0	9	0	0	0	10
Docente Ensino Universitário	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	29
Educ. Infância/Ens. Bás. e Sec.	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	11
Médico	0	0	0	27	1	0	0	0	0	0	28
Enfermeiro	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7
Forças Armadas - Oficial	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Forças Armadas - Sargento	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
GNR - Oficial	774	0	0	0	0	0	0	0	0	0	774
GNR - Sargento	2 639	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 639
GNR - Guarda	18 563	418	0	0	0	0	0	0	0	0	18 981
PSP - Oficial	773	159	0	1	0	0	0	0	0	0	933
PSP - Chefe de Polícia	2 315	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 315
PSP - Agente	17 663	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17 663
Serviço Estrangeiros Fronteiras	744	0	0	0	0	0	0	0	0	0	744
Guarda Prisional	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Outro Pessoal de Segurança	342	0	0	0	0	0	0	0	0	0	342
Total	43 848	578	0	1 966	1	0	208	0	0	25	46 626

2.2.2 Pessoal admitido e regressado

No que respeita à admissão de pessoal por relação jurídica de emprego, em 2014 verificaram-se 2.454 situações, sendo que 46,98 % correspondem a admissões efetuadas na sequência de procedimentos concursais e 43,19 % referem-se a outras situações.

Número de efetivos admitidos e regressados por grupo profissional e modalidade de vinculação – 2014

Grupo Profissional	Situação Jurídica							Total
	Procedimento Concursal	Cedência de Interesse Público	Mobilidade Interna a Órgãos ou Serviços	Regresso de Licença S/R ou Período Experimental	Comissão de Serviço	CEAGP	Outras Situações	
Dirigente superior de 1º grau	0	0	0	0	3	0	0	3
Dirigente superior de 2º grau	0	0	0	0	2	0	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau	0	0	0	0	11	0	1	12
Dirigente intermédio de 2º grau	0	0	0	0	17	0	4	21
Técnico Superior	2	12	25	3	4	1	24	71
Assistente técnico	19	3	5	4	0	0	1	32
Assistente operacional	39	10	3	1	0	0	927	980
Informático	0	0	0	0	1	0	0	1
Docente Ensino Universitário	0	0	0	0	0	0	3	3
Forças Armadas - Oficial	0	0	4	0	0	0	0	4
Forças Armadas - Sargento	0	0	1	0	0	0	0	1
GNR - Oficial	31	0	0	1	8	0	1	41
GNR - Sargento	72	0	0	1	5	0	2	80
GNR - Guarda	863	0	2	21	4	0	17	907
PSP - Oficial	27	0	1	2	7	0	10	47
PSP - Chefe de Polícia	0	0	1	0	14	0	15	30
PSP - Agente	100	0	1	7	53	0	55	216
Outro Pessoal de Segurança	0	0	1	2	0	0	0	3
Total	1 153	25	44	42	129	1	1 060	2 454



2.2.3 Mobilidade especial

Ao abrigo da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, não foi recrutado nenhum trabalhador à mobilidade especial.

Número de efetivos recrutados à mobilidade especial por organismo – 2014

Organismos	Número de trabalhadores recrutados	Carreira	Vinculação		
			Por tempo indeterminado		A título transitório
			CTFP	Contrato individual de trabalho	
SGMAI	0	0	0	0	0
PSP	0	0	0	0	0
SSPSP	0	0	0	0	0
CPPSP	0	0	0	0	0
GNR	0	0	0	0	0
SSGNR	0	0	0	0	0
SEF	0	0	0	0	0
IGAI	0	0	0	0	0
ANSR	0	0	0	0	0
ANPC	0	0	0	0	0
DGAI	0	0	0	0	0
DGIE	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

2.2.4 Motivo das saídas de pessoal

O fluxo de saídas, entre trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço e trabalhadores contratados, representou um decréscimo de 2.137 trabalhadores, sendo de destacar os seguintes motivos:

- Caducidade (termo) – 977 (45,72 %);
- Por reforma/aposentação – 485 (22,70%);
- Outras situações – 350 (16,38 %);
- Cessação da comissão de serviço – 149 (6,97 %);
- Mobilidade interna – 83 (3,88 %);
- Morte - 46 (2,15 %).

Efetivos nomeados ou em comissão de serviço saídos por organismo, segundo o motivo – 2014

Motivo de saída	Organismos												Total
	SGMAI	PSP	SSPSP	CPPSP	GNR	SSGNR	SEF	IGAI	ANSR	ANPC	DGAI	DGIE	
Morte	0	21	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	42
Reforma/Aposentação	0	298	3	0	37	1	3	0	0	0	0	0	342
Limite de idade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licença sem vencimento/início período experimental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experimental	0	15	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	29
Cessação por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exoneração a pedido do trabalhador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aplicação de pena disciplinar expulsiva	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Mobilidade interna	0	0	0	0	1	0	3	0	0	1	0	0	5
Cedência de interesse público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação da comissão de serviço	7	93	0	0	24	0	3	1	0	6	2	13	149
Outras situações	0	69	1	1	146	8	11	1	0	0	12	1	250
Total	7	496	4	1	247	9	20	2	0	7	14	14	821

Balanço Social Consolidado do MAI
2014
Efetivos contratados saídos por organismo, segundo o motivo – 2014

Motivo de saída	Organismos												Total
	SGMAI	PSP	SSPSP	CPPSP	GNR	SSGNR	SEF	IGAI	ANSR	ANPC	DGAI	DGIE	
Morte	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	4
Caducidade (termo)	0	1	0	0	918	58	0	0	0	0	0	0	977
Reforma/Aposentação	3	62	0	0	20	0	38	0	4	5	3	8	143
Limite de idade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experimental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licença sem vencimento/início período experimental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	1	8
Exoneração a pedido do trabalhador	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Aplicação de pena disciplinar expulsiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mobilidade interna	6	3	2	0	0	0	15	0	11	5	8	28	78
Cedência de interesse público	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	4
Cessação da comissão de serviço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	9	20	0	0	27	0	18	1	6	7	10	2	100
Total	18	88	2	0	965	60	73	1	22	23	24	40	1 316

2.2.5 Alteração da situação profissional

Relativamente a mudanças de situação profissional, registou-se um total de 3.125 ocorrências, motivadas sobretudo por promoções (Carreiras não revistas e carreiras subsistentes) em 81,13% das situações e também por consolidação da mobilidade na categoria. Não se registaram alterações de posicionamento remuneratório quer obrigatórias quer gestionárias.

Número de efetivos por grupo profissional, segundo a alteração da situação profissional – 2014

Grupo Profissional	Alteração da situação					Total
	Promoções (Carreiras não revistas e carreiras subsistentes)	Alteração obrigatória de posicionamento remuneratório	Alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária	Procedimento concursal	Consolidação da mobilidade na categoria	
Técnico Superior	1	0	0	0	5	6
Assistente técnico	1	0	0	0	5	6
Pessoal de Inspeção	0	0	0	2	0	2
GNR - Oficial	192	0	0	0	0	192
GNR - Sargento	489	0	0	0	0	489
GNR - Guarda	1 178	0	0	0	0	1 178
PSP - Oficial	115	0	0	0	72	187
PSP - Chefe de Polícia	1	0	0	0	0	1
PSP - Agente	564	0	0	0	500	1 064
Total	2 541	0	0	2	582	3 125

2.3 Tempo de trabalho

2.3.1 Modalidades de horário

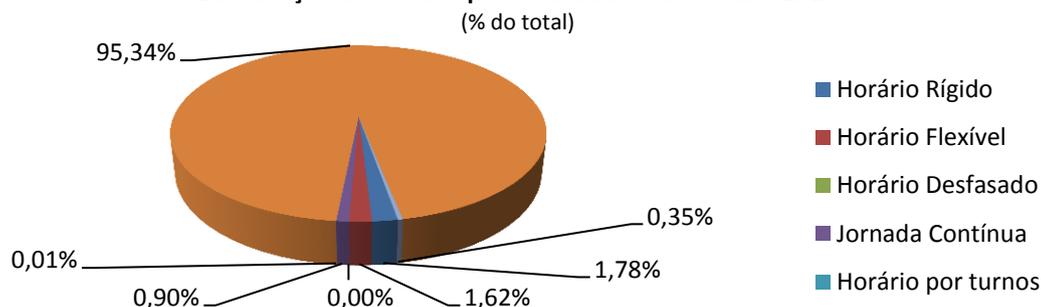
A maioria dos efetivos do Ministério da Administração Interna pratica a modalidade de horário Específico (95,34 %), sendo o horário rígido a segunda modalidade de trabalho mais significativa (1,78 %), seguido pelo trabalho prestado na modalidade de horário flexível (1,62 %), jornada contínua (0,90 %) e prestado na modalidade de isenção de horário (0,35 %).

De referir que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não divulgou os dados referentes a modalidades de horários do seu efetivo.

Número de efetivos por organismo e por modalidades de horário – 2014

Organismos	Modalidades de horário							Total
	Horário Rígido	Horário Flexível	Horário Desfasado	Jornada Contínua	Horário por Turnos	Horário Específico	Isenção de Horário	
SGMAI	2	73	0	20	0	0	31	126
PSP	536	0	0	0	0	21 011	0	21 547
SSPSP	14	0	0	0	0	23	0	37
CPPSP	5	0	0	0	0	0	0	5
GNR	197	433	0	335	0	22 168	0	23 133
SSGNR	45	0	0	2	0	70	0	117
SEF	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
IGAI	5	19	0	3	0	0	11	38
ANSR	2	37	0	13	0	0	9	61
ANPC	1	108	0	19	2	0	107	237
DGAI	0	43	0	15	0	0	1	59
DGIE	0	23	0	2	0	0	1	26
Total	807	736	0	409	2	43 272	160	45 386

Distribuição de efetivos por modalidades de horário 2014



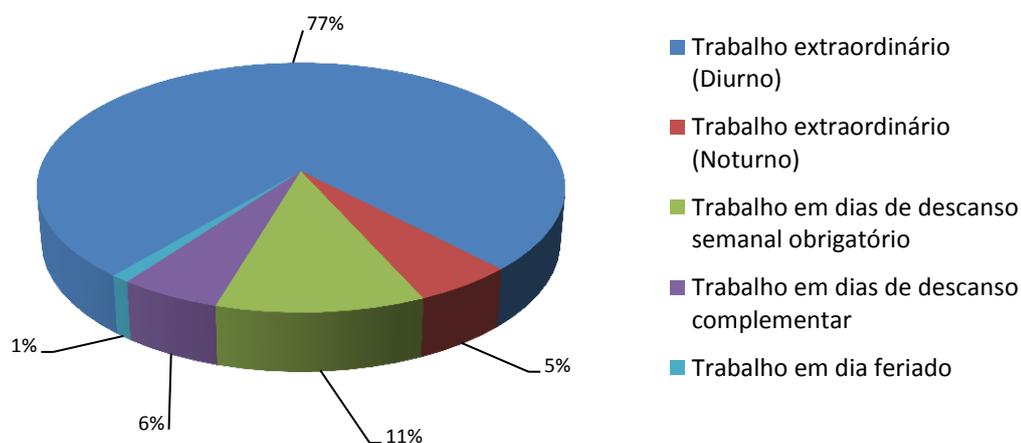
2.3.2 Trabalho extraordinário

O trabalho extraordinário realizado atingiu 47.869:51 horas, com maior destaque para o trabalho extraordinário diurno e o trabalho em dias de descanso semanal obrigatório.

Número de horas de trabalho extraordinário por organismo e segundo a tipologia – 2014

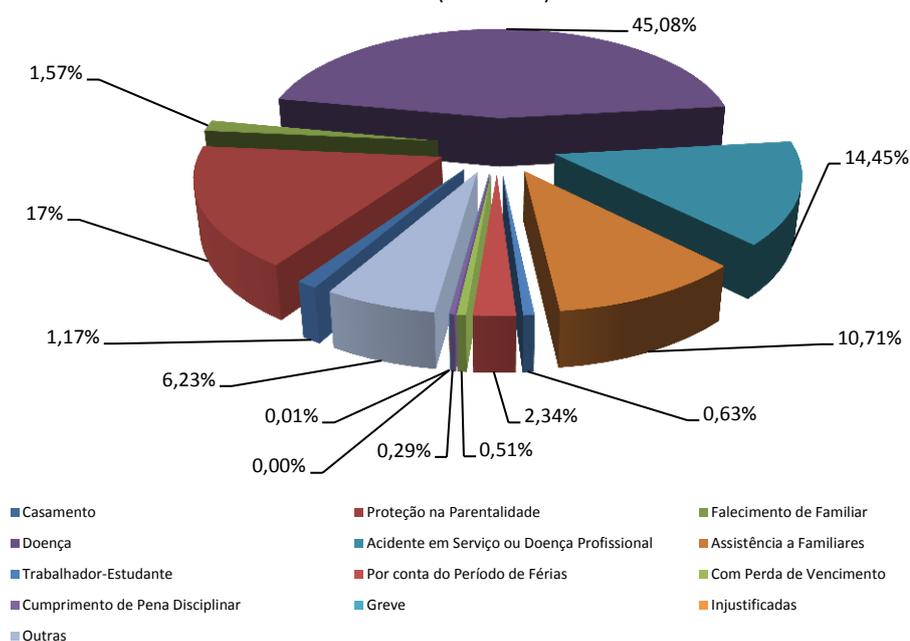
Organismo	Trabalho extraordinário (Diurno)	Trabalho extraordinário (Noturno)	Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório	Trabalho em dias de descanso complementar	Trabalho em dias feriado	Total
SGMAI	3 278:00	0:00	0:00	311:30	0:00	3 589:30
PSP	0:00	0:00	1 216:00	560:00	128:00	1 904:00
SSPSP	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
CPPSP	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
GNR	224:50	1 537:00	0:00	0:00	0:00	1 761:50
SSGNR	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
SEF	5 073:50	0:00	1 182:32	355:35	114:00	6 725:57
IGAI	4 573:15	0:00	69:30	128:30	16:00	4 787:15
ANSR	1 134:30	0:00	0:00	24:00	0:00	1 158:30
ANPC	1 936:24	0:00	86:00	187:05	36:00	2 245:29
DGAI	2 402:00	0:00	585:00	0:00	0:00	2 987:00
DGIE	3 268:50	0:00	92:00	0:00	0:00	3 360:50
Total	21 891:39	1 537:00	3 231:02	1 566:40	294:00	28 520:21

Distribuição de horas de trabalho extraordinário segundo a tipologia 2014 (% do total)



2.3.3 Ausências ao trabalho

Motivo da ausência	Organismos												
	SGMAI	PSP	SSPSP	CPPSP	GNR	SSGNR	SEF	IGAI	ANSR	ANPC	DGAI	DGIE	Total
Casamento	0	3 056	0	0	4 417	3	109	0	0	0	29	0	7 614
Proteção na Parentalidade	290	37 146	11	0	66 453	160	5 669	0	0	218	226	231	110 404
Falecimento de Familiar	43	4 055	4	0	5 846	11	207	2	5	20	3	19	10 215
Doença	872	127 717	309	12	157 651	832	2 925	70	268	1 482	444	151,5	292 773,5
Acidente em Serviço ou Doença Profissional	167	73 095	0	0	19 461	0	1 040	65	50	0	0	0	93 878
Assistência a Familiares	66	55 529	31	0	13 586	26	50	42	94	47	54	32	69 557
Trabalhador-Estudante	9	80	0	0	3 480	26	468,5	0	1	0	8,5	40	4 113
Por conta do Período de Férias	113	14 042	7	2	7	0	793,5	15	88	100	10	18,5	15 196
Com Perda de Vencimento	0	15	0	0	3 280	0	2	0	0	0	0	0	3 297
Cumprimento de Pena Disciplinar	0	1 216	0	0	638	0	0	0	0	30	0	0	1 884
Greve	0	0	0	0	0	0	19	0	1	0	0	0	20
Injustificadas	0	57	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	64
Outras	205,5	20 865	0	0	18 226	35	266,5	19,5	254,5	286,5	189	127	40 474,5
Total	1 765,5	336 873	362	14	293 045	1 093	11 556,5	213,5	761,5	2 183,5	963,5	619	649 450

Distribuição dos dias de ausência ao trabalho segundo a justificação 2014
(% do total)

2.4 Formação profissional

A formação ministrada ao longo de 2014 importou 78.250 participações em ações de formação, com um total de 1.858.999,05 horas de formação e custos de 4.793.229,87 €.

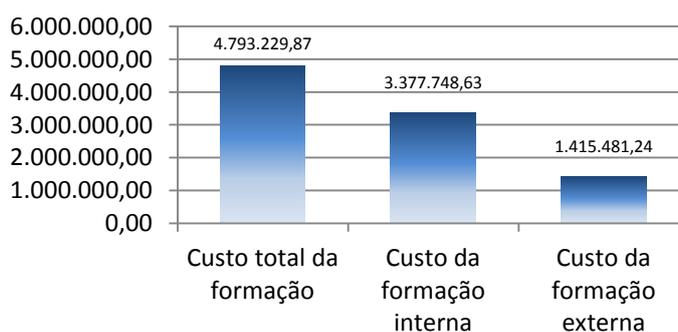
Verifica-se que os serviços com carreiras especiais ou corpos especiais apostam de forma significativa na formação interna, sendo disso exemplo a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana.

Organismo	Formação profissional								
	Interna		Externa		Total		Custos (euros)		
	N.º de participações	N.º de horas de formação	N.º de participações	N.º de horas de formação	N.º de participações	N.º de horas de formação	Interna	Externa	Total
SGMAI	0	0:00	25	302:00	25	302:00	0,00	3 280,25	3 280,25
PSP	16 750	269 049:00	807	11 101:00	17 557	280 150:00	nd	nd	nd
SSPSP	6	240:00	5	1 166:00	11	1 406:00	0,00	3 794,90	3 794,90
CPPSP	0	0:00	0	0:00	0	0:00	0,00	0,00	0,00
GNR	59 263	1 351 850:45	1 079	215 727:50	60 342	1 567 578:35	3 375 214,19	1 358 197,19	4 733 411,38
SSGNR	9	3 890:00	15	673:00	24	4 563:00	0,00	26 818,48	26 818,48
SEF	1	6:00	38	244:00	39	250:00	nd	nd	nd
IGAI	0	0:00	53	885:00	53	885:00	0,00	4 362,00	4 362,00
ANSR	0	0:00	64	1 420:00	64	1 420:00	0,00	7 645,73	7 645,73
ANPC	51	570:00	82	1 684:30	133	2 254:30	2 534,44	10 632,69	13 167,13
DGAI	2	28:00	6	162:00	8	190:00	0,00	750,00	750,00
DGIE	0	0:00	0	0:00	0	0:00	0,00	0,00	0,00
Total	76 076	1 625 633:45	2 174	233 365:20	78 250	1 858 999:05	3 377 748,63	1 415 481,24	4 793 229,87

**Número de horas de formação profissional
2014**



**Custos com formação profissional
2014**



3. SEGURANÇA

3.1 Acidentes em serviço

Do total de 2.925 acidentes em serviços verificados em 2014, a que corresponderam 8 020 dias de ausência ao serviço por baixa, 2.862 ocorreram no local de trabalho e 63 ocorreram *In Itinere*.

De referir que dos 2.926 acidentes ocorridos, 1.037 verificaram-se com trabalhadores da Guarda Nacional Republicana, originando 6.639 dias de ausência ao trabalho, o que representa 81,00 % do total verificado no Ministério.

De salientar que da parte da Policia de Segurança Pública, não foram informados os dados referentes ao número de dias perdidos com os mesmos.

Número de acidentes e de dias perdidos com baixa – 2014

Organismos	No local de trabalho			In Itinere			Total		
	Número de acidentes		Número de dias perdidos com acidentes	Número de acidentes		Número de dias perdidos com acidentes	Número de acidentes		Número de dias perdidos com acidentes
	Total	dos quais: com baixa		Total	dos quais: com baixa		Total	dos quais: com baixa	
SGMAI	0	0	0	2	2	167	2	2	167
PSP	1 877	nd	nd	nd	nd	nd	1 877	nd	nd
SSPSP	1	1	171	0	0	5 a)	1	1	176
CPPSP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GNR	981	243	6 241	56	17	398	1 037	260	6 639
SSGNR	1	1	59	0	0	0	1	1	59
SEF	2	2	397	4	4	643	6	6	1 040
IGAI	0	0	0	1	1	65	1	1	65
ANSR	1	1	50	0	0	0	1	1	50
ANPC	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DGAI	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DGIE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2 863	248	6 918	63	24	1 278	2 926	272	8 196

a) n.º de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores.



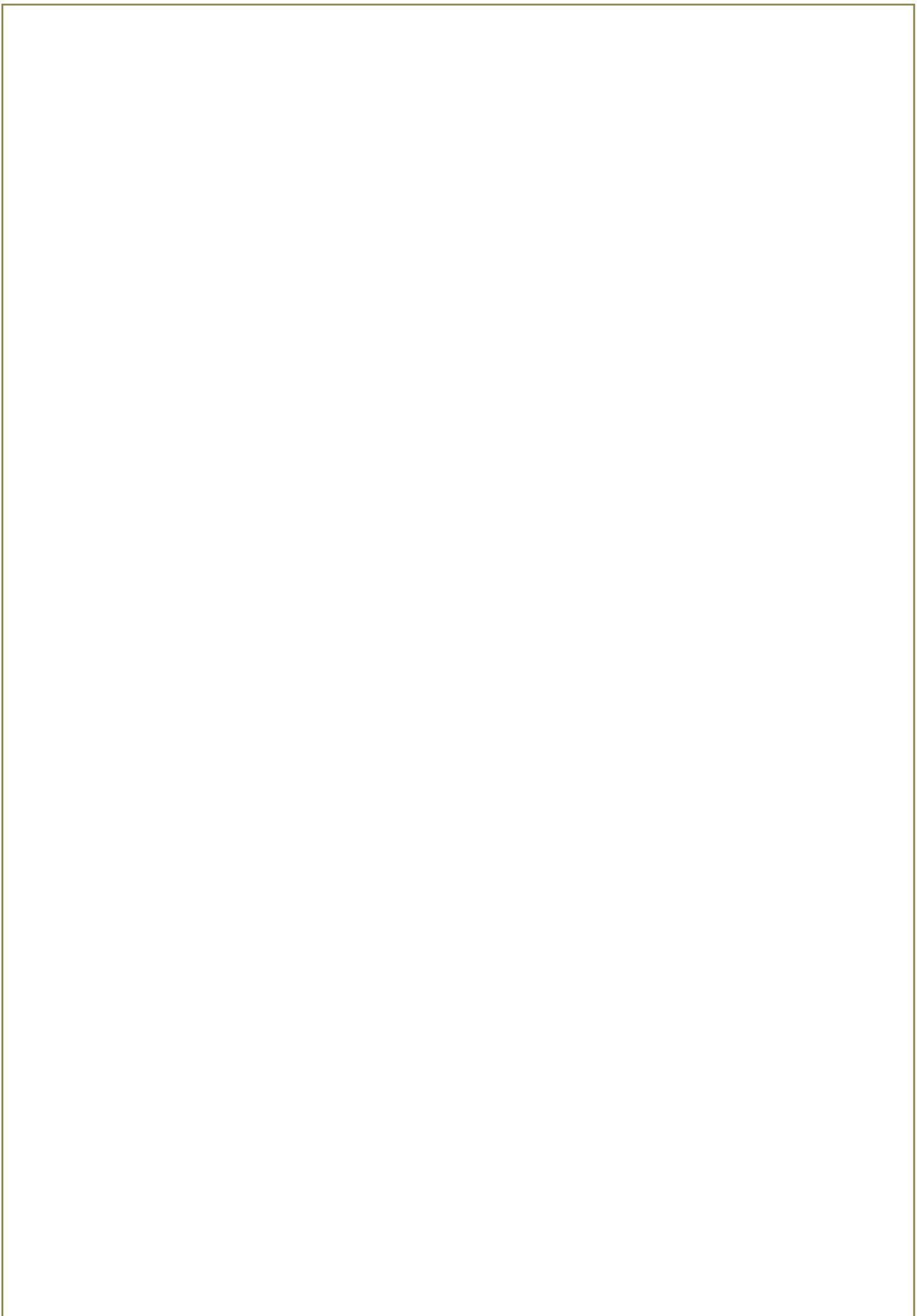
Dos 2.926 trabalhadores que sofreram acidentes em serviço com casos de incapacidade declarada, 212 registaram incapacidade permanente e 117 apresentaram incapacidade temporária.

Casos de incapacidade – 2012

Organismos	Número de efetivos com casos de incapacidade declarados		
	Incapacidade permanente	Incapacidade temporária	Total
SGMAI	0	0	0
PSP	205	0	205
SSPSP	0	0	0
CPPSP	0	0	0
GNR	7	116	123
SSGNR	0	0	0
SEF	0	0	0
IGAI	0	1	1
ANSR	0	0	0
ANPC	0	0	0
DGAI	0	0	0
DGIE	0	0	0
Total	212	117	329



4. RELAÇÕES PROFISSIONAIS

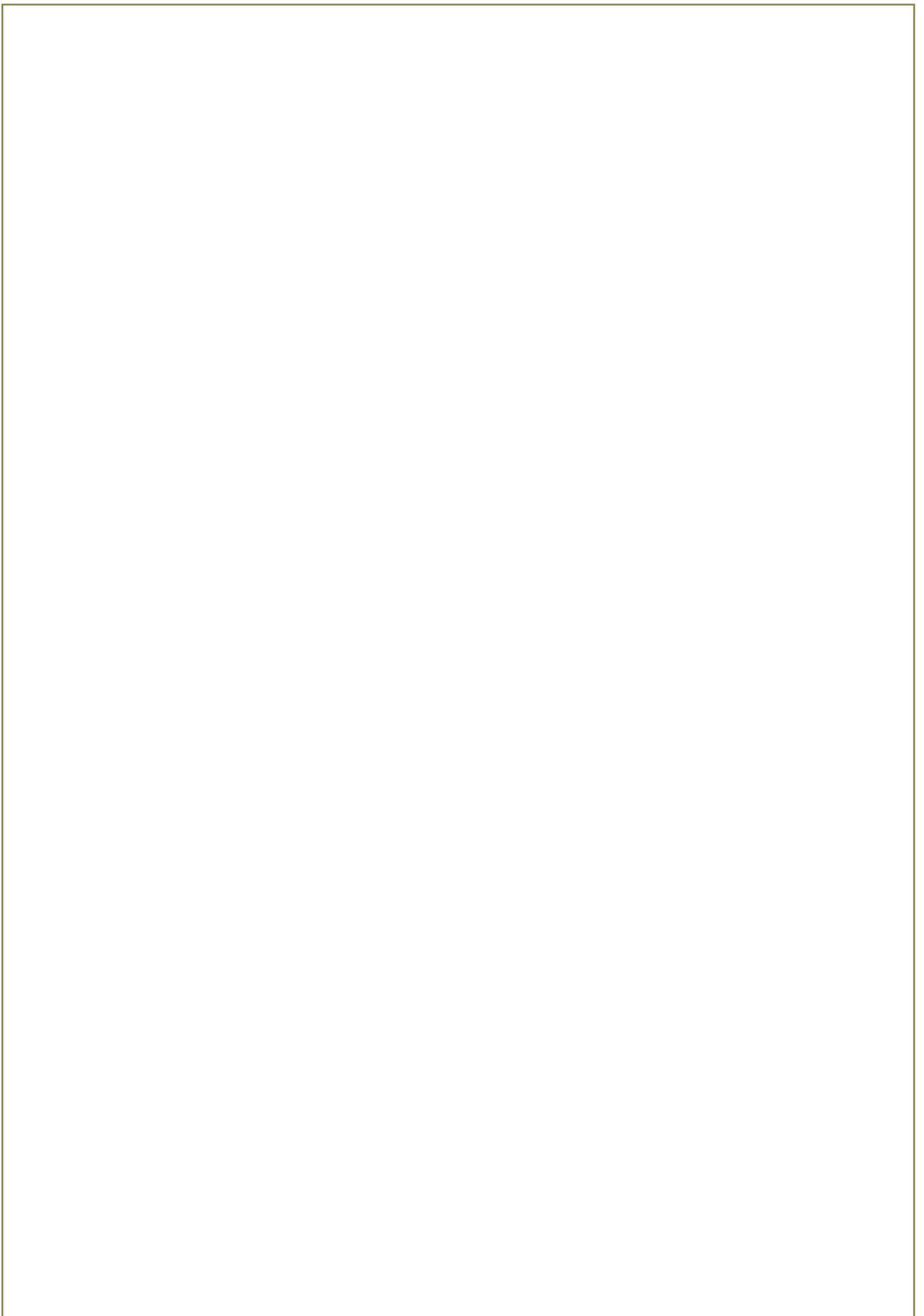


4.1 Sindicalização dos efetivos

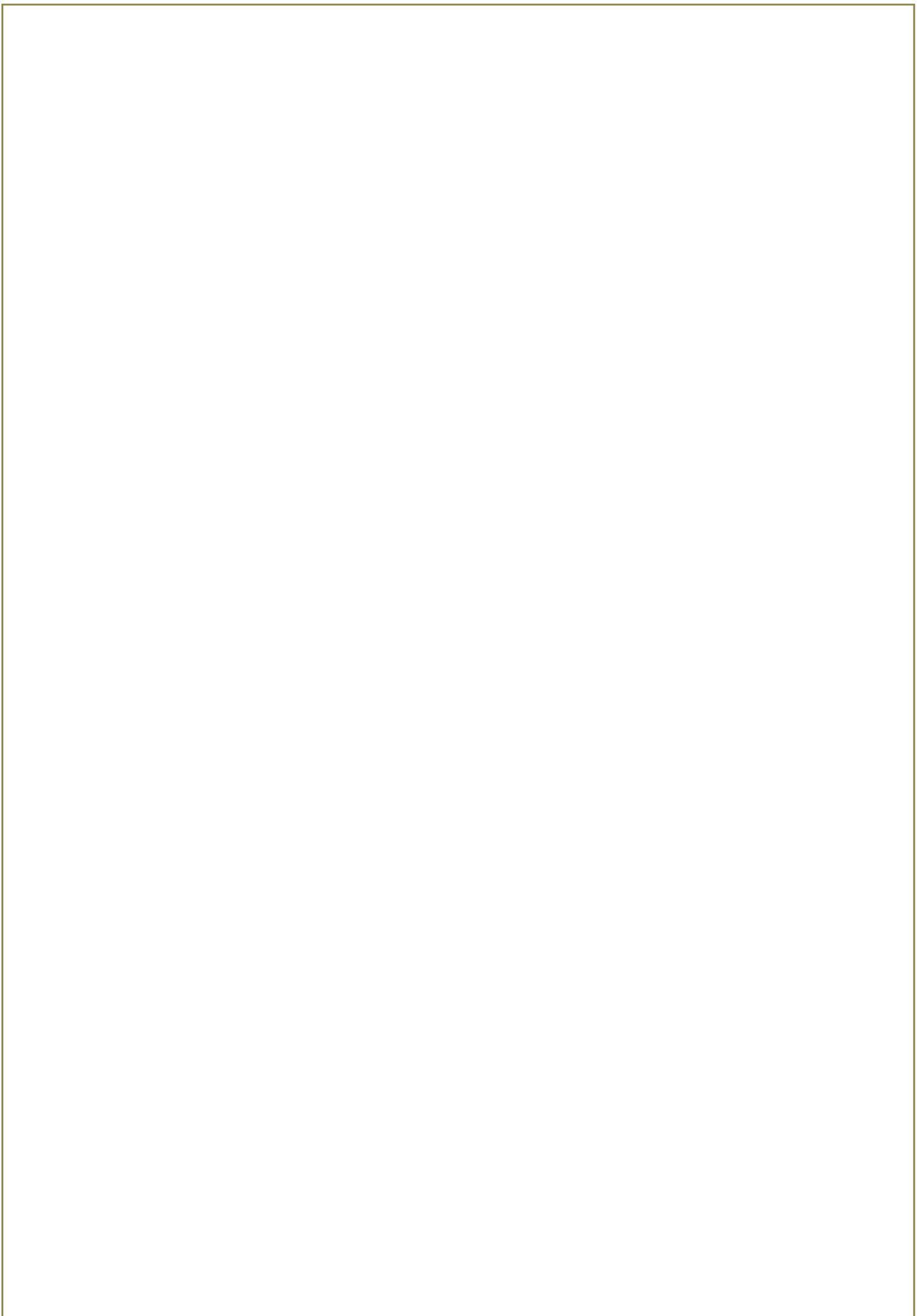
Os trabalhadores sindicalizados, em número de 15.227, representam 32,66 % do total de efetivos do Ministério.

Organismos	Número de efetivos sindicalizados	% face ao total de efetivos
SGMAI	14	11,11 %
PSP	14 051	65,21 %
SSPSP	0	0,00 %
CPPSP	0	0,00 %
GNR a)	204	0,88 %
SSGNR	0	0,00 %
SEF	917	73,95 %
IGAI	10	26,32 %
ANSR	2	3,28 %
ANPC	21	8,86 %
DGAI	6	10,17%
DGIE	2	7,69 %
Total	15 227	32,66 %

- a) Os militares da GNR, nos termos da alínea d) do artigo 6º da Lei nº 39/2004, de 18AGO, não podem estar filiados em sindicatos, podendo contudo, nos termos daquele diploma, filiar-se em associação profissional.



5. RECURSOS FINANCEIROS DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

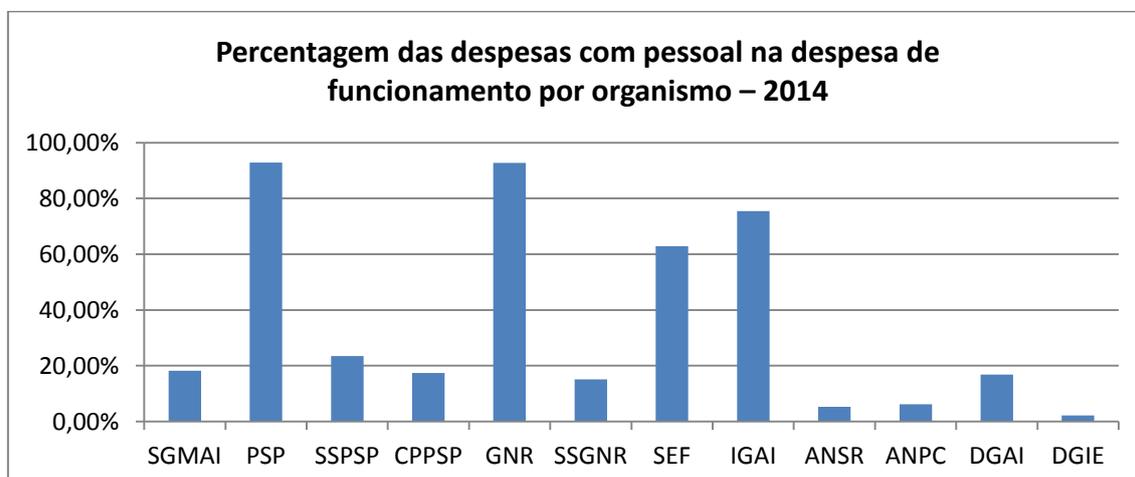


5.1 Despesa total e com pessoal

Despesa total, de funcionamento e com pessoal por organismo – 2014

Organismos	Despesa Total (Funcionamento e PIDDAC)			
		Despesa Total de Funcionamento		
			Despesa Total com Pessoal	
				Encargos com Prestações Sociais
SGMAI	20.625.920	19.360.299	3.760.029	672.500
PSP	742.325.348	742.325.348	689.042.853	161.805.036
SSPSP	5.006.658	5.006.658	1.174.423	213.732
CPPSP	706.881	706.881	122.728	22.408
GNR	897.432.228	897.432.228	832.805.609	295.603.802
SSGNR	18.155.643	18.155.643	2.747.085	493.367
SEF	76.353.696	76.353.696	48.040.049	9.124.760
IGAI	2.037.573	2.037.573	1.538.513	294.862
ANSR	33.885.553	33.885.553	1.796.558	346.720
ANPC	124.004.290	122.876.492	7.629.753	1.441.011
DGAI (1)	12.020.413	11.760.506	2.022.204	378.429
DGIE	81.990.589	15.036.985	1.765.292	303.742
Total	2.014.544.792	1.944.937.862	1.592.445.096	470.700.369

(1) Além das despesas de pessoal do orçamento de funcionamento presentes neste quadro, a DGAI ainda apresenta despesas de pessoal no seu PIDDAC, as quais ascenderam a 240.093 €, sendo 48.450 € referentes a Prestações Sociais.



5.2 Despesa com trabalho extraordinário e suplementar

Em 2014 o valor total da despesa com trabalho extraordinário e trabalho prestado em dias de descanso representou 229.211,24 euros, com um peso de 59,20 % e 40,80 %, respetivamente. De referir que 24.395 % desta despesa é relativa ao Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.

Despesa com trabalho extraordinário e suplementar – 2014

Organismos	Trabalho extraordinário	Trabalho em dias de descanso	Total despesas (euros)
SGMAI	13 355,41	5 626,55	18 981,96
PSP	0,00	29 573,59	29 573,59
SSPSP	0,00	0,00	0,00
CPPSP	11 887,49	0,00	11 887,49
GNR	3 879,94	30 430,49	34 310,43
SSGNR	0,00	0,00	0,00
SEF	38 293,90	17 614,04	55 907,94
IGAI	24 866,11	437,02	25 303,13
ANSR	6 413,72	219,85	6 633,57
ANPC	12 315,76	2 095,30	14 411,06
DGAI	9 583,88	6 796,89	16 380,77
DGIE	15 106,72	714,58	15 821,30
Total	135 702,93	93 508,31	229 211,24

5.3 Relação salarial

Organismos	Escalão de remunerações/género	Parâmetros de avaliação	Homens	Mulheres	Total
SGMAI	1.º Nível	até 500 euros	0	0	0
	2.º Nível	501 – 1000 euros	12	39	51
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	1	11	12
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	1	5	6
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	4	7	11
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	1	2	3
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	2	5	7
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	0	1	1
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	5	8	13
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	1	4	5
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	6	8	14
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	1	1	2
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	1	0	1
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
PSP	1.º Nível	até 500 euros	131	29	160
	2.º Nível	501 – 1000 euros	4 440	595	5 035
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	1 091	251	1 342
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	8 029	530	8 559
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	3 824	402	4 226
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	1 560	218	1 778
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	203	38	241
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	8	5	13
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	56	13	69
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	62	10	72
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	26	2	28
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	10	2	12
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	7	0	7
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	3	0	3
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	1	0	1

Balanço Social Consolidado do MAI
2014

	18.º Nível	4751 – 5000 euros	1	0	1
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
SSPSP	1.º Nível	até 500 euros	0	0	0
	2.º Nível	501 – 1000 euros	1	3	4
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	1	3	4
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	0	1	1
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	17	1	18
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	2	2	4
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	2	2	4
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	1	0	1
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	1	0	1
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	0	0	0
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	0	0	0
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	0	0	0
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
CPPSP	1.º Nível	até 500 euros	0	0	0
	2.º Nível	501 – 1000 euros	0	1	1
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	1	1	2
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	0	0	0
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	2	0	2
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	0	0	0
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	0	0	0
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	0	0	0
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	0	0	0
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	0	0	0
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	0	0	0
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	0	0	0
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0



Balanço Social Consolidado do MAI

2014

	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
GNR	1.º Nível	até 500 euros	3	237	240
	2.º Nível	501 – 1000 euros	3 269	514	3 783
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	6 745	560	7 305
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	7 445	292	7 737
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	2 029	84	2 113
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	871	35	906
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	641	23	664
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	67	4	71
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	87	5	92
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	159	1	160
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	42	0	42
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	10	0	10
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	8	0	8
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	1	0	1
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	1	0	1
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
SSGNR	1.º Nível	até 500 euros	1	22	23
	2.º Nível	501 – 1000 euros	0	20	20
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	0	1	1
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	4	4	8
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	7	2	9
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	32	3	35
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	8	1	9
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	2	0	2
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	4	1	5
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	0	0	0
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	1	0	1
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	0	0	0
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	2	1	3

Balanço Social Consolidado do MAI
2014

	14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	1	0	1
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
SEF	1.º Nível	até 500 euros	0	2	2
	2.º Nível	501 – 1000 euros	64	254	318
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	18	29	47
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	14	26	40
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	6	23	29
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	187	66	253
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	287	52	339
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	90	14	104
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	27	10	37
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	17	15	32
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	11	13	24
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	6	5	11
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	2	1	3
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	1	0	1
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
IGAI	1.º Nível	até 500 euros	0	0	0
	2.º Nível	501 – 1000 euros	4	10	14
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	0	5	5
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	2	1	3
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	0	1	1
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	0	2	2
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	2	0	2
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	0	1	1
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	0	0	0
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	1	0	1
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	1	0	1

Balanço Social Consolidado do MAI
2014

	12.º Nível	3251 – 3500 euros	1	0	1
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	1	0	1
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	3	0	3
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	1	2	3
	ANSR	1.º Nível	até 500 euros	0	0
2.º Nível		501 – 1000 euros	9	10	19
3.º Nível		1001 – 1250 euros	6	5	11
4.º Nível		1251 – 1500 euros	2	6	8
5.º Nível		1501 – 1750 euros	4	7	11
6.º Nível		1751 – 2000 euros	1	2	3
7.º Nível		2001 – 2250 euros	0	0	0
8.º Nível		2251 – 2500 euros	0	0	0
9.º Nível		2501 – 2750 euros	1	4	5
10.º Nível		2751 – 3000 euros	0	0	0
11.º Nível		3001 – 3250 euros	1	1	2
12.º Nível		3251 – 3500 euros	1	0	1
13.º Nível		3501 – 3750 euros	0	0	0
14.º Nível		3751 – 4000 euros	0	0	0
15.º Nível		4001 – 4250 euros	1	0	1
16.º Nível		4251 – 4500 euros	0	0	0
17.º Nível		4501 – 4750 euros	0	0	0
18.º Nível		4751 – 5000 euros	0	0	0
19.º Nível		5001 – 5250 euros	0	0	0
20.º Nível		5251 – 5500 euros	0	0	0
21.º Nível		5501 – 5750 euros	0	0	0
22.º Nível		5751 – 6000 euros	0	0	0
23.º Nível		Mais de 6000 euros	0	0	0
ANPC	1.º Nível	até 500 euros	1	0	1
	2.º Nível	501 – 1000 euros	15	38	53
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	8	7	15
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	12	11	23
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	13	6	19
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	4	6	10
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	5	0	5
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	5	2	7
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	1	0	1

Balanço Social Consolidado do MAI
2014

	10.º Nível	2751 – 3000 euros	5	4	9
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	22	10	32
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	1	4	5
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	21	3	24
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	16	0	16
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	8	0	8
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	3	0	3
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	1	0	1
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	5	0	5
DGAI	1.º Nível	até 500 euros	1	0	1
	2.º Nível	501 – 1000 euros	2	12	14
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	7	6	13
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	2	2	4
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	1	8	9
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	2	0	2
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	4	0	4
	8.º Nível	2251 – 2500 euros	0	5	5
	9.º Nível	2501 – 2750 euros	3	3	6
	10.º Nível	2751 – 3000 euros	0	0	0
	11.º Nível	3001 – 3250 euros	0	0	0
	12.º Nível	3251 – 3500 euros	1	0	1
	13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
	14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
	15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
	16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
	17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
	18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
	19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
	20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
	21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
	22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
	23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
DGIE	1.º Nível	até 500 euros	0	0	0
	2.º Nível	501 – 1000 euros	8	4	12
	3.º Nível	1001 – 1250 euros	0	0	0
	4.º Nível	1251 – 1500 euros	0	1	1
	5.º Nível	1501 – 1750 euros	2	4	6
	6.º Nível	1751 – 2000 euros	1	0	1
	7.º Nível	2001 – 2250 euros	1	2	3



Balanço Social Consolidado do MAI

2014

8.º Nível	2251 – 2500 euros	1	0	1
9.º Nível	2501 – 2750 euros	0	1	1
10.º Nível	2751 – 3000 euros	0	1	1
11.º Nível	3001 – 3250 euros	0	0	0
12.º Nível	3251 – 3500 euros	0	0	0
13.º Nível	3501 – 3750 euros	0	0	0
14.º Nível	3751 – 4000 euros	0	0	0
15.º Nível	4001 – 4250 euros	0	0	0
16.º Nível	4251 – 4500 euros	0	0	0
17.º Nível	4501 – 4750 euros	0	0	0
18.º Nível	4751 – 5000 euros	0	0	0
19.º Nível	5001 – 5250 euros	0	0	0
20.º Nível	5251 – 5500 euros	0	0	0
21.º Nível	5501 – 5750 euros	0	0	0
22.º Nível	5751 – 6000 euros	0	0	0
23.º Nível	Mais de 6000 euros	0	0	0
Total		41.909	4.717	46.626

Da análise efetuada aos 46.626 trabalhadores que foram nesta matéria objeto de tratamento, em sede de balanço social pelos serviços e organismos do Ministério da Administração Interna, podemos verificar que:

Com vencimentos mensais ilíquidos até 1.000,00 euros existem 9.751 trabalhadores;

Com vencimentos mensais ilíquidos entre os 1.001,00 e os 2.000,00 euros existem 34.598 trabalhadores;

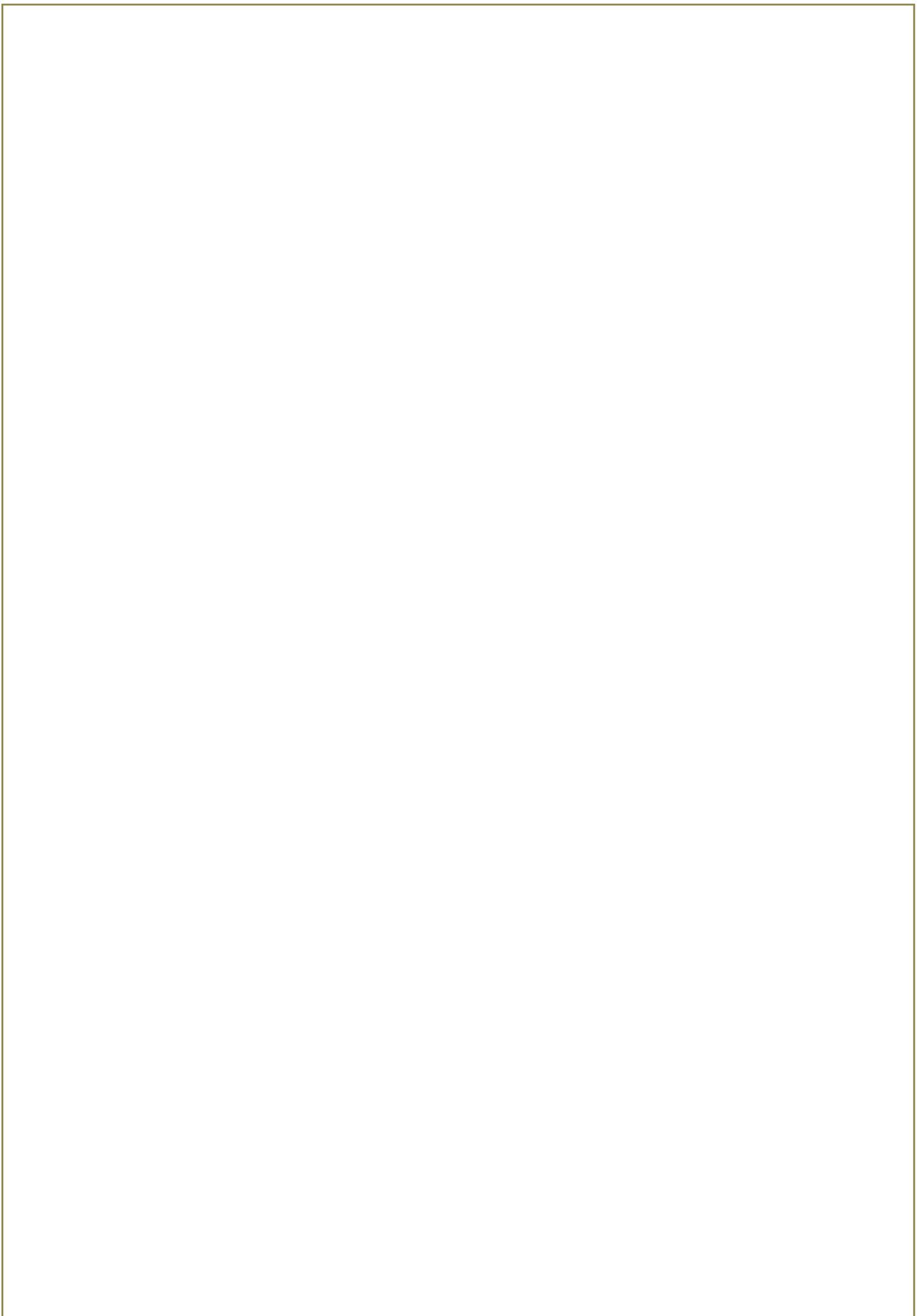
Com vencimentos mensais ilíquidos entre os 2.001,00 e os 3.000,00 euros existem 1.994 trabalhadores;

Com vencimentos mensais ilíquidos entre os 3.001,00 e os 4.000,00 euros existem 249 trabalhadores;

Com vencimentos mensais ilíquidos entre os 4.001,00 e os 5.000,00 euros existem 20 trabalhadores;

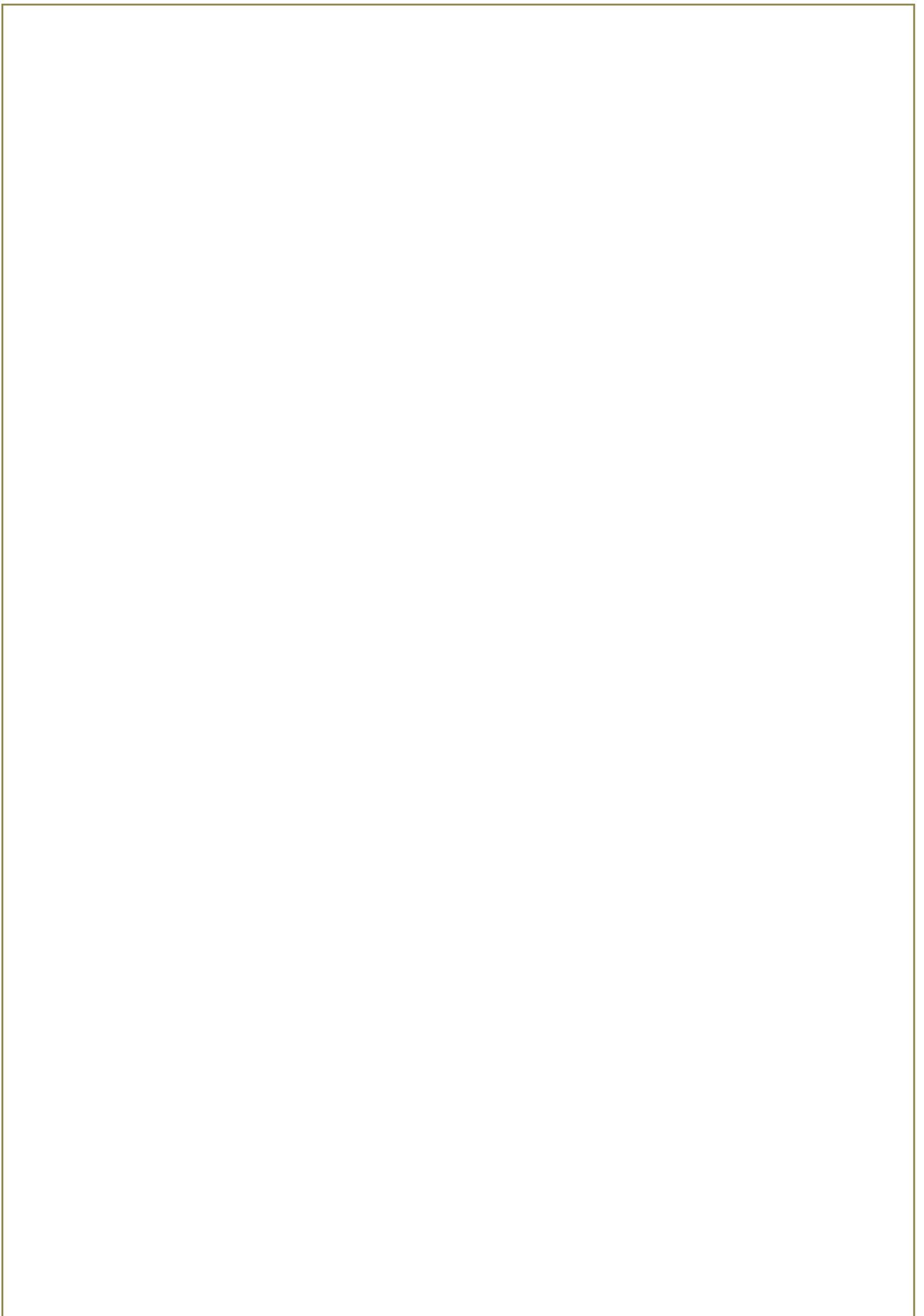
Com vencimentos mensais ilíquidos entre os 5.001,00 e os 6.000,00 euros existem 6 trabalhadores;

Com vencimentos mensais ilíquidos superiores a 6.000,00 euros existem 8 trabalhadores.



6. Indicadores de Gestão

<i>Indicadores de Recursos Humanos</i>			
<i>Escalão Médio de Idades</i>	-----	%	35-39 anos 20,24 %
<i>Escalão Médio de Antiguidade</i>	-----	%	15-19 anos 20,56%
<i>Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)</i>	<u>Total Pessoal Técnico Superior</u> Total de Efetivos	X 100	0,80
<i>Taxa de Assistentes Técnicos</i>	<u>Total Pessoal Assistente Técnico</u> Total de Efetivos	X 100	1,83
<i>Taxa de Assistentes Operacionais</i>	<u>Total Pessoal Assistente Operacional</u> Total de Efetivos	X 100	1,28
<i>Taxa de Feminização</i>	<u>Total Efetivos Femininos</u> Total de Efetivos	X 100	10,12
<i>Taxa de Feminização Dirigente</i>	<u>Total Efetivos Femininos Dirigentes</u> Total de Efetivos	X 100	0,13
<i>Taxa de Enquadramento</i>	<u>Total Dirigentes</u> Total de Efetivos	X 100	0,42
<i>Taxa de Emprego Jovem</i>	<u>Somatório dos Efetivos idade <30</u> Total de Efetivos	X 100	12,73
<i>Taxa de Envelhecimento</i>	<u>Somatório dos Efetivos idade =>55</u> Total de Efetivos	X 100	5,39
<i>Taxa de Habilitação Superior</i>	<u>Total Bach+Lic+Mest+Dout</u> Total de Efetivos	X 100	8,55
<i>Taxa de Habilitação Secundária</i>	<u>Total Habilitações do 11º ao 12º ano</u> Total de Efetivos	X 100	55,36
<i>Taxa de Habilitação Básica</i>	<u>Total Habilitações =< 9º ano</u> Total de Efetivos	X 100	36,09
<i>Taxa de Admissão</i>	<u>Total de Admissões</u> Total de Efetivos	X 100	5,26
<i>Taxa de Saídas</i>	<u>Total de Saídas</u> Total de Efetivos	X 100	4,58
<i>Índice de Absentismo</i>	<u>Total de Dias de Ausência</u> Total de dias potenciais de trabalho (dias úteis ano (253) x total efetivos)	X 100	5,51
<i>Leque Salarial Ilíquido</i>	<u>Maior Venc. Base Ilíquido</u> <u>Menor Venc. Base Ilíquido</u>		18,98



7. Medidas de Responsabilidade Social

Os Organismos do Ministério da Administração adotaram algumas medidas de responsabilidade social de forma voluntária, que se traduzem em comportamentos ou ações que procuram promover o bem estar dos seus públicos, podendo estes ser externos ou internos, pelo que se indicam algumas dessas medidas:

Secretaria-Geral do MAI

Medidas adotadas para colaboradores da SGMAI

➤ *Projeto Verde*

- Lançamento da campanha “Reduzir, Reutilizar e Reciclar”;
- Distribuição de folhetos com informação sobre o processo de reciclagem;
- Criação e disponibilização de penduradores de portas com mensagens de poupança de energia e água.

➤ *Desporto e Saúde*

- Prática de Chi Kung à hora de almoço nas instalações da SGMAI.

➤ *Coesão Interna*

- Concepção e realização de Agendas, calendários e cadernos de apontamentos distribuídos no início do ano a todos os colaboradores da SGMAI.

Medidas adotadas para colaboradores da SGMAI e familiares

➤ *A família na Organização*

- “Estendal dos nossos miúdos” - Exposição de desenhos realizados pelos filhos, netos, sobrinhos dos trabalhadores da organização;
- “Uma Aventura na GNR” – Visita à escola prática de Queluz da GNR;
- “Calendário 2014”- Realização de um calendário de secretária com os desenhos dos familiares mais novos dos colaboradores da SGMAI. Distribuído em 2014, a todos os colaboradores da SGMAI.

➤ *Troca de conhecimentos e recursos*

- “Clube SGMAI: Clube do Livro e do Filme” – Criação na intranet de uma plataforma que permitiu o empréstimo de livros e filmes entre os trabalhadores;
- “Reciclar Livros Escolares”- empréstimo/troca de livros escolares, pelos colaboradores da SGMAI, no início do ano lectivo;
- “Newsletter” da SGMAI.

Medidas adotadas para colaboradores da SGMAI e Comunidade Local

- Ligação à Comunidade
 - SGMAI membro da Comissão Social da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior;
 - Cedência de instalações e de reprodução de materiais a organizações sem fins lucrativos que operam na comunidade em que a SGMAI está inserida.

Serviços Sociais da PSP

Medidas adotadas para beneficiários seniores

- Apoio na velhice
 - Encontro anual de aposentados;
 - Festa da Primavera;

Medidas adotadas para colaboradores e beneficiários

- Saúde
 - Ações de formação no âmbito da promoção da saúde;
- Convívio
 - Magusto e animação;
 - “Santos Populares” – almoço e animação;
 - Concurso de doçaria;
 - “Festa da Páscoa”.

Medidas adotadas para colaboradores e famílias

- Convívio
 - “Festa de Natal”;
 - Comemorações do dia da criança.

Medidas adotadas para colaboradores

- Saúde & Bem-estar
 - Prática da atividade desportiva (1H/por semanal).

Medidas adotadas para elementos policiais na situação de ativo

- Saúde & Bem-estar
 - Ações de formação no âmbito da prevenção de comportamentos de risco no exercício profissional.

Guarda Nacional Republicana

Medidas adotadas para o efetivo da GNR e outros

- Promoção dos valores militares, reconhecimento do mérito militar e policial, interacção das hierarquias com os militares e famílias
 - Comemoração do dia das Unidades, medidas de congregação e socialização da família militar através da demonstração das tarefas inerentes às diversas Unidades;
- Organização de provas desportivas (Corta-mato;, Duetlo, BTT, Orientação militar e tiro)
 - Realização de provas desportivas a nível nacional.
- Promoção da atividade desportiva
 - Criação de ginásios nas Unidades e remodelação dos já existentes;
 - Elaboração de planos de instrução com o aumento dos períodos destinados à prática do desporto.
- Aumento do controlo da confecção das refeições nas messes
 - Rigoroso controlo das ementas.
- Contribuir para a prevenção e solução dos problemas profissionais e pessoais
 - Celebrações litúrgicas regulares, nomeadamente nos dias das Unidades, em funerais, baptismos e casamentos do efetivo da GNR.
- Visitas aos militares/civis da GNR, que por vias das circunstâncias necessitem de apoio
 - Assegurar apoio pessoal e social aos doentes, reclusos, vítimas de incidentes críticos e outras situações.
- Gestão estratégica dos recursos humanos, centrada no desenvolvimento dos fatores humanos, sociais, psicológicos e motivacionais através da atuação dos Gabinetes de apoio social (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora)
 - Apoio e aconselhamento psicossocial;
 - Propostas de ajustamento de funções ou alteração de local de trabalho;
 - Ações de sensibilização e de prevenção dos problemas ligados ao álcool e outras adições, sobre-endividamento e apoio social na GNR;
 - Atividades de caráter lúdico cultural.

Serviços Sociais da GNR

Medidas adotadas para Militares e Civis

- Convívio
 - Almoço Anual de Natal;
 - Dia dos Serviços Sociais da GNR – Cerimónia Militar.

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Medidas adotadas para trabalhadores/colaboradores da ANSR

- Campanha motivacional interna
 - Almoço de aniversário da ANSR;
- Promoção da Saúde
 - Degustação de produtos biológicos.

Medidas adotadas para trabalhadores/colaboradores da ANSR e SEF

- Campanha motivacional interna
 - Exposição de fotografia.
- Promoção da Saúde
 - Rastreio visual gratuito.

Medidas adotadas para trabalhadores/colaboradores da ANSR, SEF e SGMAI

- Protocolo com a Associação CAIS
 - Lavagem e limpeza de viaturas oficiais e particulares.

Medidas adotadas para trabalhadores/colaboradores da ANSR e stakeholders

- Campanha motivacional interna
 - Magusto;
 - Almoço de Natal.

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Medidas adotadas para trabalhadores da ANPC

- Saúde & Bem-estar
 - Fitness Hut- Fitness Clubs de Linda-a-Velha;
 - BodyConcept;
 - Farmácia Maria, em Carnaxide;
 - MediServiços SGPS-Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A.

